



Anais da Assembléia

Nº 57

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1983

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Caíto Quintana.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte (42); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Antônio Anibelli, Basílio Zanusso, Donato Gulin, Eduardo Baggio, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Sabino Campos, Tadeu França, Tércio Albuquerque. (15), e em licença, o Sr. Deputado Wilson Fortes. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão do dia 1º de junho vindouro, para que os Srs. Deputados possam participar do II FORUM DE DEBATES promovido por este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA e
NILSO SQUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. UBALDINO FONTOURA, genitor de nosso companheiro Gilberto Fontoura.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de congratulações ao jornalista CALIL SIMÃO pela comemoração de 25 anos de atividades jornalísticas, no dia 27 do corrente mês.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao mencionado colunista.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao jornalista João Arruda, da "Folha de Londrina", voto de congratulações pela série de reportagens denominada "Repressão", oportunidade em que o referido jornalista levantou a ponta do véu do negro período repressivo que vivemos no Paraná, onde presos políticos sofreram as mais terríveis e humilhantes torturas nos porões da ditadura. A série de reportagens, sem dúvida, esclarece a opinião pública paranaense e deveria ser transformada em livro, dada a seriedade do trabalho. Um jornalismo verdadeiro, sem mistificações.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações, através do setor competente, ao jornalista Calil Simão pelo vigésimo quinto aniversário de coluna social.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Logo entendemos que esta Casa deverá enviar votos de congratulações ao jornalista, pela sua dedicação na classe que representa. Sendo dos principais colunistas do País, engrandecendo ao jornal "Diário Popular" e destacando a imprensa do Paraná.

Esta Casa sente-se honrada com os 25 anos de Calil Simão, diariamente com a família paranaense.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de louvor à Editora "Diário Popular", dirigida pelo jornalista Abdo Aref Kudri, na oportunidade em que o colunista Calil Simão completa 25 anos na atividade que retrata os acontecimentos sociais do Paraná, de modo particular, e de outros Estados do Brasil, de modo geral.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à Editora "Diário Popular", na pessoa de seu Presidente.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam registrados nos Anais desta Casa a publicação feita no

jornal da Capital "Gazeta do Povo", a qual leva o título "Canet para a Presidência".

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é acompanhado pela cópia do referido artigo, para que seja analisado com melhores detalhes. Publicação feita no dia 25 de maio de 1983.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Dr. Fernando Heugênio Ghignone, solicitando a formalização de convênio visando ao fornecimento de assistência técnica e recursos financeiros para a construção de canchas esportivas polivalentes nas localidades de Ventania, Caetano Mendes, Alto do Amparo e Sede, todas no Município de Tibagi.

Tal solicitação prende-se ao fato de que nas localidades acima, a sua população jovem não tem nenhum meio de diversão sadia, o que poderá muito bem ser resolvido através da construção de tais canchas, criando na geração futura o gosto pelo esporte, tornando-a, conseqüentemente, mais disposta à vida.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando a formalização de convênio visando a implantação, na cidade de Tibagi, de um terminal rodoviário nos moldes de projetos e recursos fornecidos pela Secretaria.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Klaus Magno Germer, solicitando a instalação de um Posto de Inseminação Artificial para atendimento à agropecuária, com trabalho conjunto com a Acarpa/Emater, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Planejamento, no sentido de solicitar a inclusão do Município de Salto do Itararé na Programação para atendimento de melhorias urbanas, conforme segue abaixo:

1. Calçamento na Rua Presidente Vargas, aproximadamente 1.000 m²;
2. calçamento na Rua Paraná, aproximadamente 4.000 m²;
3. calçamento na Rua Gabriel Bertoni, aproximadamente 4.000 m²;
4. calçamento na Rua Manoel Caetano de Carvalho,

aproximadamente 4.000 m²;

5. calçamento na Rua C.D., aproximadamente 3.000 m²;

6. calçamento na Rua Sete de Setembro, aproximadamente 1.000 m²;

7. calçamento na Rua Francisco Lopes, aproximadamente 2.000 m²;

8. calçamento na Rua D, aproximadamente 2.000 m²;

9. calçamento na Rua S. N., aproximadamente 3.000 m²;

10. calçamento na Rua E, aproximadamente 3.000 m²;

11. calçamento na Rua Manoel Ribas, aproximadamente 8.000 m²;

12. calçamento na Rua O, aproximadamente 1.000 m²;

13. calçamento na Rua F, aproximadamente 6.000 m²;

14. calçamento na Avenida de Saída para Siqueira Campos, aproximadamente 5.000 m².

Outrossim, esclareço que já existe planta da cidade, e algumas ruas já estão calçadas restando a liberação desta solicitação para que o quadro urbano fique em melhores condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo solicite à Copel, a construção da Rede de Energia Elétrica em locais na Sede do Município de Janiópolis.

A luz elétrica não se trata de um luxo, mas sim, de uma necessidade, por isso fazemos esta solicitação, haja vista, que na própria Sede do Município existem locais sem tal benfeitoria.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, apelando no sentido de ser ampliado e reformado o Hospital Municipal de Janiópolis.

Os motivos que levam a esta solicitação, são que a capacidade física do referido hospital é muito pequena para o atendimento de nossa população, e estando o mesmo em péssimo estado de conservação, precisando de urgentes reformas.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo solicite da Radipar, a Montagem de um Retransmissor de TV, no Distrito de Rio Novo, Município de Reserva.

A montagem do retransmissor de TV, é uma reivindicação antiga da comunidade, que não recebe as imagens do maior meio de comunicação, havendo portanto, uma grande necessidade no atendimento deste pedido.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de se construir uma ponte sobre o Rio Farturinha, no Bairro dos Senes, na estrada de ligação de Salto do Itararé a Santana do Itararé no Município de Salto do Itararé.

Outrossim, informa os que a referida ponte se encontra no programa da Secretaria.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao doutor Cássio de Paula Freitas, digníssimo Diretor da Coordenação Adjunta da Itaipu Binacional, solicitando a imediata instalação de uma balsa sobre o Rio Guaçu, na localidade de Arroio Guaçu, no Município de Marechal Cândido Rondon, com a finalidade de atender aos moradores daquela região, parcialmente isoladas.

É o que REQUER.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Com o enchimento do lago da Itaipu Binacional a malha rodoviária de todos os municípios ribeirinho ficou parcialmente alterada. É do conhecimento público que a Itaipu Binacional se comprometeu em colaborar no restabelecimento de todas vias de transporte rodoviário. No entanto, a localidade de Arroio Guaçu, situada no Município de Marechal Cândido Rondon ressenete-se da falta de uma ponte que lhe proporcione acesso à PR-495 e ao Município vizinho de Guaíra.

Considerando ainda a morosidade para a efetivação da referida ponte, solicitam que o atendimento de passagem sobre o antigo leito do Rio Guaçu seja feito por meio de balsa. Solicitação que acreditamos estar ao pleno alcance da Itaipu Binacional, tendo em vista que a balsa que atendia a travessia sobre o Rio São Francisco Falso, no Município de Santa Helena, encontra-se desativada e a andonada nas margens do lago no local que proporcionava a travessia.

O simples deslocamento do referido meio de transporte virá beneficiar milhares de moradores, localizadas nas redondezas de Arroio Guaçu, bem como possibilitar que as empresas de transporte coletivo dêem atendimento normal.

Nossa solicitação se fundamenta em requerimento apresentado pelo Vereador Lidio José Schneider na Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon que invita o nosso empenho junto às autoridades competentes para sua solução ao problema acima mencionado. (Anexo cópia do Ofício 160/83).

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Senhora Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, para que determine à Fundepar que realize estudos visando o fornecimento de materiais para cozinha em escolas municipais e estaduais do Município de Tibagi.

Tal solicitação prende-se ao fato de que essas escolas não estão fornecendo a merenda escolar para seus alunos por falta de material adequado para seu preparo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Claus Magno Germer, solicitando a ampliação do atendimento ao pequeno produtor rural através de um trabalho conjunto entre a Prefeitura de Tibagi, Acarpa/Emater, ITC e CAFE.

A ampliação, objeto do presente requerimento, é uma reivindicação muito justa por parte do pequeno produtor rural que não dispõe de conhecimentos para uma melhor utilização de suas terras.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado junto a Vossa Excelência Secretária de Educação, Senhora Gilda Poli Rocha Loures, o reabrimento da Escola Vocacional Agrícola de Loanda, haja vista o grande desejo da população de Loanda e de toda grande região.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Administração, para que o mesmo solicite à Emopar, a execução de reparos no Complexo Escolar José Eugênio de Carvalho, no Município de Salto do Itararé, tendo em vista que o mesmo apresenta rachaduras em sua estrutura, bem como existem vários vidros quebrados e também necessitando de uma pintura, pois a mesma já não existe mais.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado junto a Vossa Excelência Secretária da Educação Senhora Gilda Poli Rocha Loures, uma extensão da Faculdade de Filosofia e Letras de Paranavaí, até a cidade de Loanda, haja visto o grande número de alunos que têm dificuldades de se locomover até a mesma.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado junto ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado José Richa, a doação de 01 (um) ônibus ao Município de Loanda, para o transporte de alunos. Sendo que para o momento os que dispõe não são suficientes para cobrir toda a região.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes Deni Lineu Schwartz, uma ligação asfáltica entre as cidades de Astorga a Jaguapitã, haja visto o grande fluxo de transportes naquela região, bem como o escoamento de suas safras agrícolas.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja aprovado por este Plenário o requerimento endereçado à Empresa Rio Sul Serviços Aéreos Regionais S/A, para que seja instalado um terminal de passageiros em Apucarana-Pr, visto que a mesma possui um aeroporto em totais condições de Operações Aéreas, e também é o pólo central de toda a Região do Vale do Rio Ivaí.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER a implantação de sistema de telefonia para a localidade de Curvado - Marechal Cândido Rondon, através da Secretaria do Interior.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da Telepar, solicitando a implantação de cabos físicos para a telefonia na localidade de Curvado, Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em pauta, vem de encontro a inúmeras reivindicações da população local.

É uma medida que temos certeza merecerá a atenção especial da Presidência da Telepar, porque o desenvolvimento da localidade é marcante e porque é este o desejo de todos, considerando-se o que este benefício representa.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres Deputados na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Deni Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de rodovia, ligando o Município de Marechal Cândido Rondon, Santa Helena - Missal e Medianeira.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Oeste do Estado é uma região de expressiva participação na economia estadual;

considerando que a construção desta rodovia facilitará o escoamento das culturas do Oeste, a outras partes do País;

considerando que há necessidade urgente de ligação adequada entre estes municípios, face ao progressivo crescimento industrial da região;

considerando a necessidade de aumentar o fluxo turístico às margens do lago de Itaipu, que atinge grande parte dos municípios do Oeste do Paraná, além do incentivo à criação de áreas de lazer junto ao lago;

considerando que a Acimacar - Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon, através de expediente a nós dirigido, faz veementes apelos para que este projeto se realize;

Por isso contamos com o apoio dos nobres Deputados, na aprovação deste.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Fernando Ghignone, digníssimo Secretário de Estado da Cultura e Esportes, solicitando-lhe as providências necessárias para a criação, no menor tempo possível, de um Ginásio de Esportes no Município de Ampére, no Sudoeste do Estado, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Todos os municípios circunvizinhos a Ampére, foram aquinhoados com Ginásios de esportes no exercício anterior. Muito embora a juventude de Ampére tenha destacada participação nas competições esportivas regionais, não possui em seu município um centro esportivo onde possa promover a confraternização regional e a prática sadia de esportes diversos.

Urge, portanto, que se tomem as providências necessárias para que o município de Ampére também venha a ter o seu Ginásio esportivo, onde a mocidade possa, no convívio sadio, desenvolver as suas aptidões e fortalecer a sua personalidade pela prática e vivência do esporte coletivo.

Aliás, tal medida é um dos grandes anseios do Grupo Jovem de Ampére, conforme fotocópia de correspondência que recebemos e estamos anexando.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Dr. José Richa, digníssimo Governador do Estado, Dr. Ângelo Amauri Stábile, digníssimo Ministro da Agricultura e Dr. Claus Magno Germer, digníssimo Secretário da Agricultura, solicitando a instalação do Núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola, foi criado por aquele Ministério e deverá ser instalado em uma das cidades do Estado do Paraná.

Na oportunidade, reivindicamos para a cidade de Cascavel a instalação do Núcleo, por se tratar de um município essencialmente agrícola e sendo entroncamento rodoviário, localiza-se em ponto privilegiado e ideal para tal finalidade.

Cascavel mantém o único curso de engenharia agrícola, o qual é ministrado pela Fecivel.

A instalação do Núcleo na cidade de Cascavel, trará benefícios não somente àquele município, mas a toda a região Oeste do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, consubstanciado em solicitação no sentido de serem determinadas medidas urgentes visando atender as reivindicações da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaíba, para o aumento das salas de aula daquele estabelecimento de ensino superior, a fim de atender ao número de alunos que ali se acham matriculados.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz, tendo em vista que aquela Faculdade conta atualmente com apenas 17 salas de aula para um número de 1.300 alunos matriculados.

A solução do problema, conforme reivindicações dos setores ligado à Faculdade, está na imediata declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, da propriedade contígua àquele estabelecimento de ensino superior, o que daria de imediato condições para a construção e ampliação das dependências existentes, bem como a reativação da quadra de esportes daquela importante Faculdade do litoral de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando as prerrogativas que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consagração em ata de um voto de congratulações ao Industrial Arlindo Biesemeyer, pelo recebimento da Medalha de Mérito Industrial do Estado do Paraná, conferida pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná. A Medalha de Mérito Industrial foi instituída em 1972, com a finalidade de conferir anualmente a personalidades que, por seus serviços relevantes prestados à indústria paranaense, se tenham feito merecedores da distinção que se compõe de uma medalha de ouro e um diploma.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Arlindo Biesemeyer, foi agraciado, dia 25 último, com esta distinção, por se enquadrar perfeitamente dentro do regulamento e do mérito pesquisado por comissão especialmente designada para escolha do homenageado do ano. Iniciando suas atividades num modesto estabelecimento, com a fundação da Alfaiataria Imperial, em 1937, Arlindo Biesemeyer conquistou importante posição no campo industrial do Estado, onde é, hoje um dos seus principais líderes. Fatores econômicos advindos de medidas governamentais, a interferência de grandes empresas multinacionais no mercado de confecções e o desinteresse da juventude pela profissão de alfaiate não constituíram fatores para deter Arlindo Biesemeyer na continuidade de suas atividades e, hoje, podemos nos orgulhar por contarmos com um importante estabelecimento no ramo de confecções, que conquistou o mercado, não só do Paraná, mas de outros Estados como Santa Catarina, que dá preferência às produções geradas pela Alfaiataria Jockey, da qual é o seu principal titular.

Fundador da Associação dos Alfaiates do Paraná, consolidador do Sindicato da Indústria de Alfaiataria do Estado do Paraná e líder do movimento pela regulamentação da profissão de alfaiate e pela criação da Escola Superior de Alfaiates, aprovada pelo Ministério do Trabalho e a ser ministrada pelo Senai, Arlindo Biesemeyer se notabilizou, ainda, pela sua participação, como representante de nosso Estado, em congressos da classe não só do Brasil, mas também no exterior, onde mostrou a contribuição do Paraná ao desenvolvimento brasileiro. Sua empresa, a Alfaiataria Jockey, pela perfeição de sua produção, tem sido distinguida com prêmios, diplomas e comendas ao longo dos seus 50 anos de existência.

O subscritor deste documento REQUER, ainda que o conteúdo desta proposição seja levado ao conhecimento do homenageado e da empresa Alfaiataria Jockey, à Travessa Jesuino Marcondes nº 84, nesta cidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de

que sejam viabilizadas melhorias e implantação de infraestrutura básica no Parque de Exposições de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do ilustre Presidente da Associação dos Pecuáristas de Campo Mourão - Aprecampo, bel. José Binote e torna-se premente, consoante o que abaixo se expõe:

A Aprecampo possui e administra o Parque de Exposições de Campo Mourão, cuja construção foi iniciada há dois anos atrás com poucos recursos oriundos da esfera oficial.

O referido parque situa-se à margem direita da rodovia que liga Campo Mourão a Maringá e tem seu acesso no KM 3 próximo ao Posto da Polícia Rodoviária.

Como se trata de um Parque de Exposições ainda em construção, está o mesmo necessitando de diversos melhoramentos, tais como:

a) Construção de uma terceira pista, no acostamento direito, para facilitar o acesso ao Parque, principalmente por ocasião das exposições-feiras, quando é grande o congestionamento de tráfego naquela área.

b) Sinalização definitiva do acesso ao Parque e estacionamento.

c) Construção do trevo de entrada ao Parque e estacionamento com os devidos realocamentos de postes de energia elétrica, telefone e telégrafo.

d) Pavimentação das vias internas do Parque e seus estacionamentos que já se encontram com o leito praticamente pronto e as guias e sarjetas construídas.

As solicitações acima atenderão aos anseios dos pecuaristas da região que possui hoje, em termos de núcleo da Secretaria da Agricultura, 21 municípios com 8.323 propriedades com exploração pecuária e 602.196 bovinos (dados de janeiro/83) representando o quarto rebanho bovino do Estado, logo abaixo de Maringá que conta com 613.257 bovinos.

Ante o exposto esperamos o atendimento dessas reivindicações com a máxima urgência, uma vez que a Exposição Agropecuária na cidade de Campo Mourão, dar-se-á entre os dias 01 a 10 de outubro, próximo vindouro.

Anexamos ao presente, cópia de ofício do Presidente da Aprecampo, endereçado a este ilustre Secretário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de ser criado um Posto do ITC — Instituto de Terras e Cartografia, na cidade de Fênix.

A medida justifica-se objetivando-se uma maior proteção à fauna e flora daquela região, evitando, destarte, a pesca e a caça predatória que põem em risco alguns espécimes já em extinção. Ademais é uma região que possui muitas terras devolutas que necessitam de uma melhor fiscalização de órgãos oficiais, para se evitar litígios entre os eventuais ocupantes. Saliente-se ainda que muitas Ações Demarcatórias, Reivindicatórias de Posse e outras congêneres, têm como palco de origem aquele município, fato que viria ser amenizado com a instalação do Posto do ITC que, a priori, faria um real levantamento da situação das terras de todo o município.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de viabilizar com a máxima urgência, o combate à erosão, no acesso

ao conjunto residencial construído pela COHAPAR, na cidade de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

A COHAPAR construiu, na cidade de Moreira Salles, um conjunto residencial composto de 101 moradias. Acontece que até o momento, tais casas não foram comercializadas, tendo em vista a existência de enormes buracos provocados pela erosão na via de acesso ao referido conjunto residencial.

Por outro lado, a falta de comercialização dessas moradias construídas pela COHAPAR, está causando enormes prejuízos à COHAPAR, cuja situação financeira já não é das melhores.

Assim achamos ser da máxima urgência a viabilização da via de acesso para aquele conjunto, com o conseqüente combate à erosão, para que o mesmo possa ser comercializado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência registra com satisfação, a presença em plenário do Professor Luiz Resqui, Presidente do Partido Democrático Cristão da República do Paraguai.

Registra também com satisfação, as presenças do Prefeito de Cruzeiro do Oeste, Sr. João Ferreira, e do Vereador de São Jorge do Patrocínio, Ademir Andreatio.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa discutirá e votará hoje o requerimento de autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida Cesar, que pede providências de órgãos governamentais no sentido de ser posto em execução projeto que prevê a construção de prédio para sede da subdivisão policial, sediada em Ponta Grossa.

Tendo em vista que (às 16 horas) participei com industrial pontagrossense de reunião com dirigentes e técnicos do BADEP, vejo-me obrigado a usar da tribuna neste momento para narrar fatos que entendo devam ficar registrados nos Anais desta Casa.

Não sou contrário ao requerimento do nobre Parlamentar, pois sou de opinião que os Deputados têm o direito e até mesmo, obrigação de cobrar atos executivos dos governantes.

Ocorre, Sr. Presidente, que alguns fatos ocorridos recentemente e que ainda sofrem desdobramentos, devem ser narrados.

Há cerca de 30 dias passados, acompanhei o Prefeito de Ponta Grossa, Otto Cunha, à Secretaria da Segurança Pública, onde fomos recebidos pelo Secretário e alguns dos seus assessores. Também nos acompanhava o engenheiro Jorge Rosas Demiate, Presidente da CIDEP, órgão da administração municipal de nossa cidade. Na ocasião travou-se amplo diálogo sobre os problemas de segurança pública, em Ponta Grossa, especialmente quanto aos imóveis onde hoje funcionam a detenção, a sede da subdivisão policial e as delegacias de distritos.

Posteriormente, sempre acompanhando o Prefeito Otto Cunha, provocamos um encontro com o ilustre Secretário da Justiça, e por mais duas vezes, estivemos na Secretaria de Segurança Pública, sempre tratando do mesmo assunto.

Das reuniões realizadas ficaram algumas conclusões e algumas medidas práticas foram agilizadas.

Inicialmente, concluiu-se que o velho projeto existe na Secretaria de Segurança, visando num só imóvel aglutinar a sede da subdivisão policial, a detenção e órgãos auxiliares, está superado. Experiência já posta em prática em outras cidades não apresentaram resultados positivos. Além do mais, hoje, existe um posicionamento no Governo Federal, no sentido

de que os presos já condenados, se constituírem em problema carcerário da Secretaria da Justiça e não mais da Secretaria de Segurança Pública. Assim o correto é a construção de delegacias, com algumas celas para serem ocupadas pelos chamados presos rotativos.

Com os recursos previstos no projeto — e foi outra conclusão dos estudos realizados, é possível a construção de três delegacias distritais, nos mais importantes bairros de Ponta Grossa, e ainda, a sede da subdivisão policial, englobando alguns dos serviços auxiliares.

Como essa é a posição considerada a melhor e com a qual concordam os especialistas da Secretaria de Segurança, obtivemos do ilustre Secretário da Justiça o apoio para que de imediato os técnicos daquele órgão procedam os estudos preliminares para elaboração de um projeto visando a construção de uma penitenciária regional, em Ponta Grossa. É evidente que a execução seria a longo prazo, mas existem possibilidades de uma ala ser executada a médio prazo, dependendo das negociações que estão sendo desenvolvidas na esfera federal.

Os ilustres titulares das Pastas de Segurança Pública e da Justiça, determinaram que técnicos daqueles órgãos se desloquem a Ponta Grossa para procederem a escolha de terrenos onde poderão ser construídas as três delegacias distritais, a sede da subdivisão policial e a penitenciária regional. Esses fatos foram por mim narrados no último sábado, à imprensa de Ponta Grossa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses são os fatos que desejo fiquem registrados nos Anais desta Casa, pois refletem o trabalho que o Prefeito de Ponta Grossa e seus auxiliares (com o nosso total apoio) vêm realizando.

A instituição da "carona" quase sempre é justa, pois muitas vezes resulta na somatória de forças para conquista de benefícios em favor do povo. Porém, neste caso, o que ocorre é uma tentativa, não de carona, mas de expulsão dos ocupantes da cabine de um veículo que está andando há tempo e com chances de chegar ao destino final, com sucesso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto a reafirmar, é muito difícil a situação econômico-financeira do Estado, registrando-se um desequilíbrio orçamentário bastante pesado, em função, principalmente, de um altíssimo volume de dívidas vencidas e de dispêndios não previstos orçamentariamente. A afirmação é do Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde Jobim Castor, ao contestar comentários que o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Líder do PDS, na Assembléia Legislativa, fez a respeito de pronunciamento que realizou perante a Comissão de Obras, na semana passada.

Para Belmiro Valverde, o Parlamentar fez uma leitura seletiva de seu depoimento, extraindo do seu conjunto apenas alguns trechos que interessam ao PDS, numa tentativa de desmentir a existência do elevado grau de endividamento com que o Governo José Richa encontrou o Estado do Paraná. O Secretário lembrou que no mesmo depoimento fez questão de frisar que o superávit orçamentário deixado pelo Governo passado, o do PDS, foi totalmente anulado pelo descontrole verificado na área das estatais e por outros compromissos de curto prazo.

O Secretário do Planejamento afirmou ainda que o Líder pedessista na Assembléia e que participou da reunião de Comissão de Obras, deixou de considerar as revelações públicas e que terão que ser jornadas com recursos do Tesouro Nacional, não havendo para isto qualquer previsão orçamentária.

É o caso, por exemplo, dos débitos já vencidos com a Previdência Social e com fornecedores, que montam há mais de 15 bilhões de cruzeiros. O problema da folha de pessoal de

serviço público é outro sério fator de desequilíbrio.

Enquanto o orçamento prevê uma despesa de 159 bilhões de cruzeiros, a realidade demonstra a necessidade de 185 bilhões sem considerar possíveis antecipações salariais que deverão ocorrer ainda no presente exercício.

A respeito da questão da capacidade de endividamento do Estado, o Secretário lembrou que, de fato, nos anos anteriores, ela não foi explorada totalmente, mas que no orçamento para 83, para compor a receita, em 326 bilhões de cruzeiros, o Governo passado previu operações de crédito de 45 bilhões de cruzeiros; três vezes mais que as realizadas no exercício de 82. Ora, numa conjuntura de crise, caracterizada como de extrema dificuldade para obtenção de empréstimos, é uma temeridade admitir que o montante proposto será realmente alcançado.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos aqui nesta tribuna, apenas para fazer um convite a todos os meus companheiros Deputados, das duas bancadas, à Mesa Executiva, aos meus colegas jornalistas e aos funcionários e amigos desta Casa, para participarem amanhã da décima quina romaria de louvor à Nossa Senhora de Guadalupe, cuja imagem fica na capela dos Estúdios da Rádio Colombo.

É uma honra, uma alegria, termos nós, pela primeira vez, como representantes do povo, oficialmente nesta Casa, processar mais uma romaria, como Deputado, e contar com a presença dos meus nobres Pares neste grande evento.

Vimos há vinte anos dirigindo a Rádio Colombo do Paraná, e simultaneamente fazendo um programa religioso, "A Hora do Ângelus". E desde que iniciamos este programa, tivemos a inspiração e o estímulo de um grande sacerdote, de saudosa memória, e temos hoje como um grande Santo, que foi Monsenhor José Kracinski. Ele que nos acompanhou e que nos inspirou, foi o doador da imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, que está nos estúdios da Rádio Colombo, numa capelinha, imagem esta que foi benta pelo Papa João XXIII, e que se destinaria a um dos altares da Paróquia que se situa em frente à Estação Rodoviária antiga, mas que por sua dedicação e conhecendo o nosso espírito cristão, conhecendo o nosso desejo de levar a mensagem principalmente de conscientização cristã a um povo carente hoje da alimentação espiritual, ele houve por bem, pela amizade que nos unia, de colocar esta imagem lá na nossa humilde capelinha.

E hoje, continuamos na perseverança da apresentação deste programa, e nos sentimos, não como político, não em qualquer aspecto, com outra qualquer intenção, mas como cristão convicto de uma responsabilidade de levar a mensagem de Deus e do Evangelho, e de levar também a mensagem de louvor à Nossa Senhora, é que mantemos esta tradição e este respeito de religiosidade do povo.

É uma manifestação de fé, onde, devo dizer aos meus ilustres companheiros, Deputados, que no ano passado, tivemos mais de setenta mil pessoas num só dia, participando desta romaria. E amanhã, provavelmente, teremos este mesmo número ou maior, e isto queremos deixar bem claro, não tem qualquer sentido político, não tem qualquer sentido emocional, e sim, o reflexo da fé e da religiosidade do povo paranaense e também do povo catarinense, que ocorre a esta romaria. Milhares de pessoas que residem no Estado de Santa Catarina.

Será, sem dúvida, mais um acontecimento religioso marcante na história do Paraná. Mais uma vez teremos a presença de um povo que, se não confia nos homens, ainda confia em Deus.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 18 próximo passado, nesta Casa de Leis, nesta Assembléia Legislativa, um nobre Deputado da Bancada Situcionista — que não me permito declinar o nome — endereçou um requerimento ao Secretário dos Transportes pedindo urgentes providências para melhorias, para os seguintes trechos rodoviários:

BR-277 a Candonga, NR-277 a Pitinga e BR-277 a Itaperuçu.

O nobre Deputado da Situação, que fez este expediente, ao Secretário dos Transportes creio eu, tendo desconhecido que dois meses antes, o Sr. Prefeito daquele município — Orlando Conforto, endereçou expediente ao Dr. Evelásio J. Molento — Chefe da Unidade Técnico Administrativa - Pró-rural, da Secretaria de Estado dos Transportes de Curitiba.

Diz o prefeito em expediente naquela oportunidade, em 28/03/, ofício número 68/83:

"Pelo presente solicitamos a Vossa Senhoria se digne autorizar a execução de reparos de estradas pelo PRORURAL nos seguintes trechos, em substituição ao trecho Sede Pau Oco JM/003, já autorizado em uma extensão de 10,6 km.

BR-277 a Candonga JM/103 numa extensão de 4,7 km;

BR-277 a Pitinga JM/203, numa extensão de 3,9 km;

BR-277 a Itaperuçu JM/102, numa extensão de 2 km.

Gratos pela atenção dispensada ao presente, assinado: Orlando Conforto".

O Sr. Prefeito procurou-me ontem, inconformado com o que está se passando nesta Casa de Leis, serviço esse que já está sendo executado.

Dois desses serviços já estão sendo executados pelo PRORURAL e note-se, eu quero salientar que os recursos do PRORURAL são gerados no Banco Mundial; a Secretaria dos Transportes repassa o que ela recebe do Banco Mundial, portanto, não faz favor nenhum à Prefeitura de Morretes, nem a outras, quando estabelece critério do PRORURAL e houve uma coincidência, porque o expediente endereçado pelo Sr. Prefeito naquela oportunidade e o desse nobre Deputado, que eu creio que desconhecia essa providência do Sr. Prefeito, são idênticos, apenas para salientar, para caracterizar, que se existe mérito nesses serviços executados em Morretes, o mérito é do Sr. Prefeito Municipal de Morretes, Sr. Orlando Conforto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento feito pelo nobre Deputado Nelson Buffara. Todavia, não é este o motivo que me traz à tribuna, mas apenas para dizer que, na realidade, não se pretende tirar os méritos da solicitação feita pelo Sr. Prefeito de Morretes, mas apenas encaminhamos ao Sr. Secretário dos Transportes, desconhecendo — devo confessar — o pedido do Sr. Prefeito Municipal de Morretes, uma solicitação que nos foi feita pelo Diretório Municipal do PMDB de Morretes e de alguns Vereadores do nosso Partido, porque como Deputado Estadual do nosso partido mais votado naquele município, entendo que, mesmo que já tivesse ocorrido pedido, que confesso desconhecia, nossa participação poderia servir como reforço para o atendimento desta região, tão abandonada e que, confesso, nunca vi nesta Casa de Leis ter sido destacada em governos ante-

riores, para que fosse ajudada por alguém.

E acredito que é hora de se fazer alguma coisa pelo abandonado litoral do Paraná, tão plantado de corrupção, e que será alvo, talvez amanhã ou já no início da semana de pronunciamento de minha parte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com dados fornecidos pela PORTOBRÁS, e pelos próprios funcionários do porto de Paranaguá, quando aqui estaremos denunciando a vergonha que se pratica em Paranaguá, e no litoral paranaense. Não é privilégio do PMDB, não é privilégio deste Deputado, mas é uma obrigação de qualquer político, procurar o melhor pelas cidades onde tem representatividade.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna na tarde de hoje, é para rapidamente encaminhar um requerimento que estou encaminhando à Mesa, dada correspondência que recebo do Professor Oziel Prado Tavares — Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, que solicita ao Sr. Prefeito de Paranaguá, Presidente da Associação dos Municípios do Litoral e a este Deputado que encaminhem ao Sr. Governador do Estado, uma farta documentação onde se solicita a desapropriação de uma área junto à Faculdade na cidade de Paranaguá, para que se possibilite a construção de uma nova ala permitindo, portanto, que os alunos hoje, espalhados pela cidade de Paranaguá e em outros estabelecimentos, pois como se sabe a Faculdade conta com 17 salas de aula no atual prédio e com 1.300 alunos.

Já se prevendo o aumento para mais 500 vagas para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências de Primeiro Grau, Pedagogia, História e Letras, há já a preocupação hoje, para que ocorra a desapropriação da área contígua à Faculdade, medindo 4.303 m² e que possibilitará que todo o litoral possa se beneficiar de novas salas de aula e uma nova sala no atual terreno que se pretende desapropriar.

Apenas encaminho rapidamente para que seja enviado ao Sr. Governador do Estado esta aspiração daqueles que se preocupam pelo litoral paranaense e por Paranaguá, destacando, evidentemente, o Professor Oziel Prado Tavares, que envia a correspondência e o Prefeito de Paranaguá, o Dr. Waldir Salum, bem como um pedido assinado pelos Vereadores do PMDB, da cidade de Paranaguá.

Era o que tínhamos para hoje e esperamos que o Governador do Estado estude com carinho, porque um povo educado é um povo forte, é um povo que pode progredir.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando iniciamos aquele pronunciamento que causou tanta revolta aos três Secretários de Estado e ao eminente Deputado Nilso Sguarezi, Líder do PMDB nesta Casa, iniciamos na seguinte forma: "Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vou propor à Direção Nacional do PDS que mude o nome do Partido Democrático Social para "Partido Doce e Sério", porque, todos os dias, alguns Parlamentares desta Casa, sem outros assuntos de maior relevância, só atribuem ao PDS todos os males existentes no País e no Paraná.

Felizmente, não são todos os Deputados, mas alguns Deputados do PMDB, PDS para cá, PDS para lá. Então, vamos mudar o nome do Partido".

Insisto, genericamente, como também, no mesmo pronunciamento, me congratulei com o eminente Deputado Dirceu Manfrinato pela sua sensibilidade humana, pelo seu espírito liberal, em apoiar o nobre Deputado Gabriel Manoel.

Isso foi um preâmbulo, Sr. Presidente, não daquilo que

eu ia dizer, mas da motivação da nossa estada na tribuna.

Entretanto, o Sr. Líder do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, baseou seu pronunciamento quase integralmente, o "Partido Doce e Sério", sem nenhum respeito a uma agremiação partidária registrada no Superior Tribunal Eleitoral, detentora de um contingente elevado de filiados no Estado, perdeu as eleições de 15 de novembro, mas assim mesmo fez um milhão e quinhentos mil votos.

Quer dizer, procurou-se aqui armar uma ribalta para exibicionismo, coisa que não se coaduna com os propósitos deste Poder, porque o elo que nos congrega nesta Casa, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, independentemente de posições partidárias e apesar da diferença de opiniões, é o espírito público agora que fica cada vez mais difícil, que este espírito público se manifeste acima de troca de acusações, às vezes até insultos que têm desmerecido alguns pronunciamentos nesta Casa.

O eminente Deputado Nilso Sguarezi, Líder do PMDB, ante-ontem, iniciou um pronunciamento dizendo literamente que nossa preocupação com proposta expropriatória de terras, era "cascata".

Repeti o termo, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, apenas para enfatizar e exemplificar como a incontinência verbal a nada conduz.

Se pretendeu o Sr. Líder afirmar que nossa manifestação foi mentirosa, quero exibir aqui, Sr. Presidente, este documento, Ofício Circular número 06/83, está aqui para toda a Casa ver que não é sofisma, são 15 sindicatos do Oeste do Paraná, mais uma meia dúzia de associações das mais respeitáveis, associações comerciais e clubes de serviço.

Ainda hoje a "Folha de Londrina" também publica a indignação dos sindicatos da região do norte pioneiro, contra a proposta levada como temário à reunião de Cascavel, pelos três eminentes Secretários do Governo.

E deste ofício que está aqui nas minhas mãos, que é matéria nova, consta toda a preocupação dos ruralistas da região quanto a propostas levadas pela Comissão sobre o trabalhador rural volante.

Resposta ao eminente Líder do PMDB já demos, parcialmente, é claro, quando anteontem mesmo contestamos a nota oficial dos Srs. Secretários da Agricultura, do Interior e dos Assuntos Comunitários.

E a nossa resposta constituiu-se no que, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, numa pergunta, uma pergunta singela e simples que pode acabar com toda esta celeuma.

A minha pergunta foi: qual a entidade que apresentou a seguinte proposta, limitar a área máxima por produtor de acordo com a capacidade familiar, somente as empresas organizadas teriam acesso às maiores áreas, mas com limitação de incentivos e créditos, não permitindo em hipótese alguma o acesso a grupos estrangeiros.

Já disse também que ao contrário do que afirmavam os Srs. Secretários, houve um temário e não um rascunho.

Está aqui também para toda a Casa ver, isto nunca foi rascunho, temário com capítulos enumerados, cada proposição deste temário. Onde é que isto aqui é rascunho, quem é o mentiroso, sou eu?

Estas propostas, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, não foram catadas nas gavetas ou nas sargetas, mas foram codificadas, como já disse, em capítulos, cujos itens foram numerados em cada capítulo.

Essa proposta é, evidentemente, inconstitucional, impertinente; inconstitucional qualquer criança sabe que é. Mas, impertinente, a solução do problema dos bóias-frias. Daí sua mera formulação ter provocado toda esta inquietação, que provou e está provocando.

Está aqui a "Folha de Londrina" de quinta-feira, dia 26 de maio. E essa inquietação não traduz o sentimento de um

segmento respeitável de opinião. O que cabia a um Deputado da Oposição? Calar-se? Acovardar-se para ser agradável? Ou cumprir com o seu mais comedido dever? Reportar perante esta Casa essas apreensões. Mas que mal, a Oposição, hoje Situação, não fez isso no passado com relação a Itaipu? E por que, agora, sair a deboche? Porque um Deputado vem aqui e traduz os sentimentos de apreensão de todo um segmento, dos mais importantes, da sociedade paranaense.

Por que incontinência verbal do Sr. Líder do PMDB, que não tem o mínimo respeito por um companheiro de Parlamento, ele que sempre foi respeitado por este Deputado, mesmo no exercício de liderança que ele exerce no momento? E Vossa Excelência, Sr. Presidente, que foi Líder da pujante agremiação peemedebista, sabe das considerações que este Deputado, no exercício da liderança do Governo e da Maioria, sempre cercou o partido de Vossa Excelência.

Então, por que essa incontinência verbal? Claro, porque quando se põe o dedo na ferida, dói; todo mundo sabe disso. É uma ferida aberta. Não tivéssemos atingido o ponto vulnerável, não veríamos tanto esparrelamento.

Mas, ao invés de assumir a impropriedade da sua conduta, mal organizando um debate que convocou e nele incluindo propostas alarmantes, os Srs. Secretários, amparados pelo eminente Líder da Bancada do PMDB, resolveram, digo, preferiram atacar de forma cruel e inusitada, quem apontou o mal feito. Acho que os Srs. Secretários e o eminente Líder, em reunião, evidentemente com os Srs. Secretários, acho que chegaram à seguinte conclusão — eu não tenho bola de cristal mas parece que estou escutando a conversa do Líder com os três Secretários — “ora, se não podemos desmentir o fato, vamos tentar desmoralizar a versão”.

Claro que foi assim que eles falaram. Claro. Claro que essa foi a linha de conduta daqueles Secretários e do eminente Líder do PMDB, obrigando-nos a responder insultos ao invés de cotejar fatos, que seria o certo, o real.

Eu não aceito repto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Me recuso a insultar, a desmerecer, a agredir. Reservo-me apenas o direito a rechaçar inverdades para a posteridade — e isto acontecerá fatalmente, porque não somos eternos e qualquer Deputado tem tido a curiosidade, como nós todos temos aqui a curiosidade de consultar os Anais desta Casa, para ver como se portaram nossos antecessores, com o mandato no Poder Legislativo.

Então, quero e estou refutando estas agressões, porque não quero que a posteridade, ao ter os tristes Anais que esta Casa tem lavrado nos últimos dias, pense que eu engoli ou levei para casa desaforos.

Quanto às acusações, algumas eu deixo à conta do passionalismo demonstrado pelo nobre Líder, outras, não. Outras não porque não posso aceitar. Os Anais da Casa que eu tantas vezes invoco, estão aí para provar que sou a favor das eleições diretas para todos os níveis, em todos os cargos. É um fato registrado em pronunciamentos aqui nesta Casa, entre 1964/1968, quando Deputados do então MDB não se atreviam a defender a mesma causa.

A minha crítica aos Srs. Secretários, foi o argumento por eles exposto perante a comunidade rural do Oeste do Paraná, ou seja — vejam bem, não fui eu quem disse, foram os homens que estiveram lá, que foram em nome do Partido: “Enquanto o PMDB não chegar ao Governo da República, não será solucionado o problema do “bóia-fria”.

Ora, então se extinga a tal Comissão, páre-se de tomar o tempo das pessoas que precisam trabalhar e espere-se até que o PMDB atinja esse seu propósito de conquista do Poder Central, porque acho que não foi para ouvir esse tipo de argumentação de impotência, mas para tentar resolver um grave problema social, que as entidades se dispuseram a participar dos debates, de cujos debates aliás, como já dissemos, a maior

manifestação dos ruralistas foi o protesto.

Que eu sou a favor de uma reforma agrária urgente, e que se priorise o interesse social sobre direitos individuais, também está registrado nos Anais desta Assembléia. Basta consultá-los.

Defendo, entretanto, sempre defendi, que seja essa reforma procedida dentro dos estritos termos constitucionais. Isto não me parece ser exigir demasiado. Daí porque ser coerente, a Oposição, a uma proposta que limita o tamanho máximo da terra que qualquer pessoa possa possuir, sem se cogitar se produtiva ou não.

Afirmou, o nobre e eminente Deputado Nilso Sguarezi, que nossa posição é macarthista e que gostaríamos de ver uma nova “caçada às bruxas”.

Bom. Há um provérbio popular que diz que “cada um veste o barrete como lhe assenta melhor”; a minha tia Tivica já diz “a carapuça serviu, vista”.

Nós afirmamos que, realizar o que pretende aquela proposta, somente seria possível num regime socialista totalitário. Foi isto que nós dissemos. Agora, cada um põe o barrete conforme lhe assenta na cabeça.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu concedo o aparte. Não mereci de Vossa Excelência, não mereci essa consideração, mas Vossa Excelência é Líder da Maioria e do Governo. Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Evidente que Vossa Excelência tem os seus juízos de valor, como há de reconhecer que nós devemos ter os nossos.

Eu gostaria de saber de Vossa Excelência, para que nós clareássemos talvez bem o debate, se Vossa Excelência é contra a limitação de propriedade, já que tem insistido nesta tecla.

Eu gostaria que Vossa Excelência deixasse bem claro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vou responder à sua pergunta.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu gostaria de saber o seguinte: houve uma proposta...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência me fez uma pergunta e eu quero responder.

O Sr. Nilso Sguarezi — Perfeito.

... inserida naquele documento, de que pretendia limitar a propriedade. Quero saber se Vossa Excelência acha que esta proposta de limitar a propriedade rural, ou seja, determinadas pessoas podem ter determinada quantia de terra...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu respondo a Vossa Excelência com outra pergunta: houve a reforma da Constituição brasileira? Houve? E o que é que diz a Constituição com relação à propriedade privada? Ninguém pode fazer proposta sobre o que não lhe pertence, e esta Comissão não tem o direito de limitar o tamanho da propriedade a ninguém. Nós vivemos num regime democrático, onde o direito de propriedade é sagrado.

Já respondi à pergunta de Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas Vossa Excelência inteligentemente não me responde fazendo outra pergunta. Eu quero saber se Vossa Excelência acha que isso é uma tese comunista? Eu quero saber.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nos moldes a que foi jogada em cima da mesa, é de um estado totalitário socialista, porque nós vivemos no regime da livre iniciativa, é o regime capitalista.

Vossa Excelência e ninguém neste País pode chegar numa reunião de produtores, numa reunião de ruralistas, de agricultores, e lançar uma proposta dessa sem base legal.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então, Vossa Excelência considera comunista esta proposta?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então respondi a sua pergunta e Vossa Excelência não respondeu à minha. Houve a reforma da Constituição? Vivemos num estado socialista totalitário? Então vamos deixar de sofisma, nobre Deputado.

Vamos deixar de sofismas.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não, nobre Deputado, Vossa Excelência não me respondeu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu sei onde Vossa Excelência quer chegar. Quando Vossa Excelência está plantando o amendoim, já estou com o pé-de-moleque no estômago.

Eu sei onde Vossa Excelência quer chegar.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então me devolva o pé-de-moleque.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... improdutivo.

Isto eu sou e qualquer um de bom senso o é, mas os Secretários do Governo de Vossa Excelência não tiveram o cuidado de fazer essa ressalva. Não tiveram o cuidado.

Sr. Presidente, eu dei o aparte ao eminente Líder do vosso Partido. Ele me fez uma pergunta e eu respondi com outra, porque ele não soube e não pode responder.

É evidente que não pode, e eu não vou me prestar ao jogo de palavras...

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu respondo. A Constituição não mudou.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já respondeu, Sr. Presidente.

Não é falta de consideração, mas eu desejo continuar o meu pronunciamento, e Vossa Excelência terá o tempo da Liderança para me contestar.

Essa pergunta foi feita aqui. A proposta feita pelo Sr. Secretário só seria possível num regime socialista totalitário. Se existe outra hipótese, nem o PMDB apresenta, nem os Secretários, nem ninguém, porque a proposta que foi feita lá é essencialmente contrária ao regime político vigente que é capitalista, que é democrático e limitante do poder do Estado sobre o direito individual de propriedade.

Está respondida a pergunta do nobre Líder do PMDB. Que autoridade tem este governo ou qualquer outro, seja do meu Partido ou do PMDB, a limitar o direito de propriedade num regime capitalista, democrático, da livre iniciativa? Então não vamos tomar o tempo das pessoas que trabalham, que produzem, que estão tentando este Estado e este País a sair da crise.

No dia em que se introduzir em nossa Constituição o dispositivo levado pelos Secretários ao debate da comunidade, daí eu responderei à pergunta do nobre Líder.

Então, nosso regime deixará de ser tanto capitalista quando democrático. Logo, as apreensões dos homens de bem e responsáveis neste Estado, porque a proposta tem por objetivo final a mudança do regime político. Essa é a grande realidade.

Agora, se defender a democracia, o sistema da livre iniciativa, é ser macarthista ou "caçador de bruxas" realmente então eu sou isso.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência. Quero apenas concluir este pensamento, porque vem casar com a pergunta do nobre Líder.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência faz referência ao pronunciamento do Deputado Nilso Sguarezi, e tenho aqui, nobre Deputado, em minhas mãos, Anais da Assembléia Legislativa, com discursos proferidos por eminentes Deputados do então MDB, quando Jayme Canet Jr, era o Governador do Estado. E um, do então Deputado Edilson Alencar, a respeito da situação da agricultura do Paraná, quando o Sr. Edilson Alencar era Deputado do PMDB, e o Sr. Governador era o Jayme Canet Jr. Sabe o que diz o Deputado Edilson Alencar, Deputado Erondy Silvério? Diz o seguinte: "Diário Oficial da Assembléia, quinta-feira, dia dois de três de 1978:

Somos um Estado omisso em agricultura, talvez porque sejamos um Estado de latifúndio e dos latifundiários envolvidos com a política, especialmente o Governador Jayme Canet Jr..."

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Que ajudou o Sr. José Richa a ser Governador do Paraná.

Eu agradeço a Vossa Excelência e volto ao meu pronunciamento dizendo: que se defender o sistema da livre iniciativa e a democracia é ser "caçador de bruxas", realmente isso eu sou. E certamente a maioria do povo brasileiro, como democratas ciosos dos direitos conquistados por nossa tradição libertária, também o seriam, no dizer do nobre Líder do PMDB, mas tenho outra definição para essas pessoas. Se, é ser contra a implantação de um regime onde o Estado tudo pode por os cidadãos, confiscando a sua propriedade e dizendo que ele pode ter e não pode ter, sem indagar se está fazendo ou não bom uso social dessa propriedade, então eu também sou caçador de bruxas.

Mas o interessante, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, no pronunciamento tanto dos Secretários de Estado quanto do Sr. Líder do Governo, nobre Deputado Nilso Sguarezi, é que negam veementemente a autoria da proposição.

Vimos o Sr. Líder, em seu pronunciamento de anteontem dizer que ela não tem nada de mais, que é até correta como forma de acabar com a especulação de terras e com os latifúndios improdutivo. E quase ele repetiu isso no aparte que me deu.

Se é boa a proposição, nobre Líder, por que o Governo não assume a sua autoria, por que esperneia tanto para negar essa autoria, por que não admite que no momento em que incluiu a proposição e temário de reunião oficial, também estava em campanha a viabilidade da proposição?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por mais argumentos que aqui arrolemos, seria impossível convencer os Srs. do PMDB a movê-los de suas posições ideológicas e reformistas. Cabe esse esclarecimento para a conceituação da opinião pública. Serve também o episódio e todo o Paraná está acompanhando isso com muita atenção, para mostrar a falácia da tal "Democracia participativa" que Suas Excelências pregavam nos palanques eleitorais.

democracia participativa uma ova! Foi só conversa para enganar leitor. Porque, na hora em que alguém como eu vem debater um assunto em antagonismo à posição do Governo, é qualificado de mentiroso, de macarthista, de caçador de bruxas. Que "democracia participativa" é essa? Se pode definir bem o que se entende pela tal "democracia" no pensamento claro do PMDB: Você pode pensar o que quiser, desde que concorde comigo.

É livre manifestação de pensamento uma democracia participativa, desde que concorde com o Governo.

Quanto ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, ele enumerava aqui os cinco itens reivindicados pelo Partido Comunista Brasileiro e já atendidos pelo Presidente Figueiredo. Quero cumprimentar Vossa Excelência pela familiaridade com a questão, pois está tão bem informado sobre os documentos do PC. Eu realmente desconhecia o manifesto da tal Operação Marumbi.

Somente quero reparar que tampouco considero os comunistas como gente que faz desjejum comendo criancinhas e se divertem matando cristãos. Sei que há idealismos. Sei que há propósitos coincidentes com os meus, como os de Vossas Excelências e com o de boa parcela da comunidade nacional. Muitas vezes excelentes propósitos, no programa do PC. O que é que difere? Diferem os meios de serem alcançados.

O meu compromisso é o regime democrático, que ampara a livre iniciativa como hoje a Constituição Brasileira consagra. Eu vim para esta Casa sob a égide de uma Constituição que jurei defender, sem ressalvas. Sou contra o comunismo exatamente porque a essência desse regime propõe a ditadura do proletariado. É notório por marxismo, enquanto o do trincamanisca tem muitos pontos em comum qual o próprio Evangelho de Cristo, onde se defende justiça social e melhor distribuição de riquezas.

Opor-se politicamente ao comunismo não significa entre tanto opor-se a esses ideais de justiça, que não são invenções de Marx, mas perduram na consciência da humanidade em todas as religiões e propostas de filosofia política. Em todas as religiões se encontra isso. Então, não é exclusividade de Marx.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Espero ter dado resposta cabal do meu posicionamento ao eminente Líder do PMDB, dentro do que a ética e o decoro parlamentar prescrevem a cada Deputado.

Mas fico ainda, Sr. Presidente e nobre Líder do PMDB, no aguardo dos esclarecimentos dos Srs. Secretários sobre que entidade formulou a controvertida proposição. Porque disse exaltado — eu não fui, mas não disse quem foi.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Já no Horário da Liderança, concedo a palavra por dois minutos ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O Governo disse exaltado — eu não fui, mas não disse quem foi.

Então, queremos ser justos e ponderados.

Portanto, apelamos ao nobre Líder do PMDB, para que seja ao menos educado nos termos regimentais, quando se referir à nossa pessoa, à nossa representação ou a qualquer Deputado do PDS. Pelo menos, respeitoso. É o mínimo que nós pedimos.

A legítima defesa do insulto é o insulto. E o Paraná nada tem a lucrar que esta Casa, em vez de foro de debates, onde paire o espírito público como sentimento comum, se transforme em palco de galhofeiros agressivos.

O que é que tem a lucrar a comunidade? Porque a toda ação corresponde uma reação do mesmo nível. Veja Vossa Excelência, Sr. Líder, se eu fosse respondê-lo nos termos acintosos com que Vossa Excelência me tratou anteontem, estaria estabelecido o caos nesta Casa. Aí poderia pôr 50 metralhadoras aí na porta, que não iria resolver nada. Isto aqui não é rinque de televisão.

O que é preciso é que haja respeito. E eu me proponho daqui prá frente, e quero pedir escusas aos nobres Srs. Deputados que porventura em algum debate eu tenha ofendido. Mas me proponho, daqui prá frente, observar estritamente o Regimento Interno da Casa.

E dizer também que enquanto eu falava anteontem, escutei perfeitamente quando o nobre Deputado Fiori Luiz disse "cambada de ..." não escutei o resto. Já é um linguajar que não se usa.

Já disse ao nobre Deputado Fiori Luiz - não tem direito de falar em corrupção da Bancada do PDS, do Governador Ney Braga, enquanto não apresentar provas concretas desta corrupção.

Estou no aguardo, nobre Deputado. Já se vão setenta e tantos dias, e estou ainda no aguardo. Veja bem, eu espero.

Mas Vossa Excelência ficará desmoralizado em todo o Estado, se não trouxer aqui provas concretas de corrupção do ex-Líder nesta Casa. Vamos examinar as provas de Vossa Excelência e vamos ter na oportunidade, a ombridade de reconhecer se essas provas foram conclusivas, se não forjadas.

Vamos reconhecer o trabalho de Vossa Excelência em favor da moralidade pública, que também tenho alguns documentos da Câmara Municipal de Londrina, para cotejamento, na oportunidade.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do restante do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ocupo hoje a tribuna, com a incumbência recebida dos membros da Bancada do meu Partido, de denunciar, perante esta Assembléia Legislativa, que o Governador do

Estado, Sr. José Calil Richa, violou o compromisso estabelecido por nossa lei fundamental - e assumido perante esta Assembléia, por ocasião de sua posse no cargo de Governador - de cumprir a Constituição e observar as leis, e não o fazendo, incorrer em crime de responsabilidade.

A Bancada do PDS assim procede perante o povo paranaense, e os brasileiros dos demais Estados, porque estamos presenciando hoje no Paraná, uma verdadeira orgia do poder, que precisa ser contida.

O povo do nosso Estado é testemunha dos esforços e do empenho dos membros da bancada do PDS nesta Casa, para corrigir os desmandos do Sr. José Richa e do Governo do PMDB no Paraná, a quem jamais deveria ter sido dado o poder, pois no seu exercício estão a se esquecer do exemplo da austeridade e da honradez, do cumprimento e da defesa das leis, gerando uma desordem moral que os paranaenses estão assistindo com a desagregação da autoridade governamental.

Com o autoritarismo de que está revestindo os seus atos, o Governador José Richa surpreendeu o povo paranaense com nova manifestação de que não deseja se submeter à nossa lei magna e às leis que decorrem dela, em que pese o compromisso assumido perante os representantes do povo paranaense, reunidos neste plenário no dia 15 de março passado.

Assim é que Sua Excelência assinou no dia 18 deste mês, dois decretos publicados no Diário Oficial do Estado, edição do dia 19: o primeiro deles — Decreto número 772 — referendado pelo Excelentíssimo Sr. Secretário da Justiça, Horácio Raccanello Filho, pelo qual o Governador nomeou Osvaldo Evangelista de Macedo para exercer em comissão o cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas.

O segundo Decreto — número 777, também publicado na segunda página do Diário Oficial do dia 19 deste mês, designa o mesmo cidadão Osvaldo Evangelista de Macedo, já nomeado Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, para exercer a função de Assessor Político do Gabinete da Governadoria.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas é também, segundo os decretos do Governador José Richa, Assessor Político do Governo do Estado.

Com esta sua decisão, o Governador transgreda a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Estadual n.º 4584, de junho de 1962; a Lei Estadual n.º 6174, de novembro de 1970, e atenta contra a compatibilidade de função e até de horário para o desempenho de cargos públicos, além de atentar também contra o funcionamento do Tribunal de Contas.

A incompatibilidade para o Sr. Osvaldo Evangelista de Macedo desempenhar os dois cargos é manifesta, não apenas quanto as suas atribuições, mas também quanto a horário, a não ser que ele seja ubiúista. Mas mesmo assim, como poderá o ubiúitário Osvaldo Evangelista de Macedo desempenhar a contento, mais de 30 atribuições no Tribunal de Contas, além de assessorar em política o seu Chefe no Palácio Iguaçu? Não. Isto não é possível. A incompatibilidade é flagrante.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que entre suas atribuições no Tribunal de Contas, o Sr. Osvaldo Evangelista de Macedo chefiará a Procuradoria Geral como órgão auxiliar da execução orçamentária e da fiscalização financeira.

Defenderá perante o Tribunal os interesses da Fazenda Pública, promovendo e requerendo o que for de direito. Promoverá o exame e julgamento de contratos, a instauração de processos de tomada de contas e a imposição de multas, quando da alçada do Tribunal.

Opinará verbalmente ou por escrito a requerimento próprio, por deliberação do plenário ou por determinação do Presidente ou de seus conselheiros, nos processos sujeitos a

a julgamento no Tribunal.

Comparecerá às Sessões do Tribunal com a faculdade de falar e de declarar de pé, ao pé das decisões, a sua presença.

Levará ao conhecimento de todas as repartições e órgãos ou serviços autônomos ligados à administração direta, para fins de direito, qualquer dolo, falsidade, concussão, peculato ou qualquer outra irregularidade de que venha a ter ciência.

Além destas atribuições que acabamos de enumerar, cabe ao Procurador Geral remeter à autoridade competente cópia autêntica dos atos de imposição de multas e das sentenças referentes ao pagamento de alcance ou restituições, de quantias em processo de tomada de contas.

Cabe-lhe, também, velar, supletivamente, pela execução das decisões do Tribunal, tais como: interpor recursos e requerer revisão e rescisão do julgado; e apresentar, anualmente, ao Presidente do Tribunal e ao Governador do Estado, o relatório de suas atividades, com informes completos sobre a situação em que se encontra a execução das sentenças e das decisões.

E tem mais.

É obrigatória a audiência do Procurador nos casos de consulta da administração pública, direta ou indireta, acerca de dúvidas suscitadas na execução das disposições legais concernentes a orçamento, à contabilidade ou às finanças públicas. Ao registro de créditos, de contratos e de atos em geral determinativos de despesas, concessão de aposentadoria, reforma, disponibilidade, adicionais ou pensão, tomada de contas, fiança ou caução, prescrição, recursos e pedidos de revisão interpostos por terceiros e rescisão de julgados.

É mais do que suficiente, o que enumeramos, para demonstrar — reafirmo — a flagrante incompatibilidade das duas funções atribuídas ao ubiquista Osvaldo Evangelista de Macedo.

Em tudo isso, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é preciso acentuar o impedimento de ordem moral que caracteriza a incompatibilidade dos dois decretos do Governador José Richa.

Como poderá manifestar-se, com isenção, o assessor político do Governador, funcionando como Procurador Geral, nos julgamentos das contas dos Prefeitos Municipais que não pertencem ao partido de Sua Excelência?

Ou no julgamento de dirigentes de órgãos, ou executores de convênios que não são filiados ao PMDB?

É de pressupor que jamais atuará com a isenção de um juiz.

O assessor político do Governador só pode ser um seu partidário, atuante no seu partido, pessoa de sua confiança pessoal, como ocorre com o Sr. Osvaldo Evangelista de Macedo.

Aí está o impedimento moral, que não entrou nas cogitações do Governador José Richa, preocupado em atender as ambições políticas do seu nomeado, que é membro do PMDB.

O que ressalta neste impedimento moral é que, as manifestações do Assessor Político - Procurador Geral seriam sempre havidas como facciosas por razões políticas: as razões da sua atuação como Assessor Político do Governador.

Não é possível dissociá-lo disso.

Convenhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governador José Richa está a criar a mais estranha das figuras, transformando o peemedebista Osvaldo Evangelista de Macedo um atuante ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, ex-candidato derrotado a Prefeito de Londrina e próspero empresário — no primeiro paranaense ubíquo-político-partidário, ao nomeá-lo Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e Assessor Político da Governadoria,

numa decisão inusitada no País.

E como se não bastassem, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, a incompatibilidade de função, a incompatibilidade de horário e o impedimento moral — que estão a reclamar a revogação dos decretos do Governador — há o impedimento legal que a Assembléia não pode excluir de sua cogitação, que está a exigir esta imediata revogação.

Senão vejamos:

O artigo 20, da Lei n.º 4584, de 27 de junho de 1962, dá ao Procurador Geral os mesmos impedimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas, que por sua vez, têm os impedimentos dos Desembargadores.

Dis o Artigo 10, que o Procurador Geral ou seu substituto terão os mesmos impedimentos e incompatibilidades dos Conselheiros do Tribunal de Contas, isto é, lhes é vedado, sob pena de perda do cargo, exercer atividades político-partidárias, conforme estabelece o Artigo 89 da Constituição Estadual.

Além disso, a Constituição Federal, no seu Artigo 114, não deixa dúvidas. É bem clara:

“É vedado ao juiz exercer atividades político-partidárias”.

E o Governador José Richa nomeou o Sr. Osvaldo Evangelista de Macedo Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e Assessor Político no Palácio Iguaçu, o que não poderia ter feito, ante o impedimento constitucional, federal, estadual e da Lei Complementar.

Ao assinar os decretos números 771 e 777, o Governador José Richa transgrediu a Lei Estadual n.º 4584, de 27 de junho de 1962; transgrediu a Lei Estadual n.º 6174, de 16 de novembro de 1970; negou-se a defender e cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná, violando o compromisso prestado na forma do artigo 43, § 1.º, da Constituição Estadual.

Assim procedendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador José Calil Richa deixou de cumprir as leis, incorrendo em crime de responsabilidade, definido na legislação federal, devendo ser submetido a julgamento na forma do artigo 49 da Constituição Estadual, por um Tribunal Especial, composto de cinco Deputados e cinco Desembargadores, sob a Presidência do Presidente do Tribunal de Justiça.

Os Deputados, diz a Constituição, serão eleitos por esta Assembléia, mediante voto secreto; os desembargadores, sorteados pelo Tribunal de Justiça, dentre os seus membros efetivos.

E para que o Governador José Calil Richa seja suspenso de suas funções, na forma do parágrafo primeiro do Artigo 50 da Constituição Estadual, solicito a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que esta Assembléia declare procedente esta acusação.

Solicito também, Sr. Presidente, que a íntegra desta manifestação seja encaminhada aos Srs. Presidentes do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça do Estado.

E para finalizar, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, desejo declarar que ao solicitarmos a suspensão do Governador José Richa das suas funções, fazêmo-lo numa reafirmação sempre aqui demonstrada, de colaborar na elaboração, na conclusão e no cumprimento das leis, fortalecendo, cada vez mais, nossas instituições.

Os Deputados Estaduais do PDS, não abdicarão nunca, não renunciaremos jamais ao direito de lutar, na missão inalienável de definir responsabilidades, a fim de evitar que o povo paranaense permaneça nessa incrível perplexidade, diante dos atos administrativos e políticos praticados pelo Governador José Calil Richa e pelos seus partidários do PMDB, que estão lançando o nosso Estado numa grave aventura, que ninguém ousa prever.

É chegado o momento de dizer um BASTA a tantos desmandos do Governador e de seus partidários, que, não satisfeitos em quebrar todas as suas promessas anteriores, passam, agora, a atentar contra a Constituição e violar as leis, na sua grande escalada para desestabilizar a vida paranaense”.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concedo o aparte ao eminente Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Solicitei este aparte, nobre Deputado, para não deixar que Vossa Excelência falasse sozinho desta tribuna, num pronunciamento da importância deste, que Vossa Excelência traz a esta Casa, ao qual não temos nada a acrescentar, porque, com a clareza e a nitidez com que Vossa Excelência coloca o problema, citando todas as leis que envolvem, no aspecto legal, traduziu muito bem o impedimento moral havido. Porém eu queria dizer que quanto à moral, cada um faz a sua. Nem todos, no entanto, entendem um problema que para uns é imoral, para outros às vezes, não é.

Mas o aspecto legal, é o aspecto que de fato esta Assembléia não pode deixar passar despercebido. A função desta Casa, no seu todo, é zelar pelo cumprimento das leis, além de fazê-las. Dentro desse cumprimento e no exercício de liderança da nossa bancada, Vossa Excelência coloca este problema. Eu espero que a Casa, no seu todo, possa acatar e levar avante, se não houver este entendimento legal, entendo que é da conveniência do próprio Governo, provar o contrário da denúncia que Vossa Excelência faz, e no qual acredito, em nome da nossa bancada.

Por isso, quero parabenizar-me com Vossa Excelência pelo estudo feito com referência ao assunto, pelo zelo que tem tido, na manutenção da moral, na legalidade de todos os assuntos, e decisões do Governo, porque a função de todos nós é esta. Para que possamos cumprir com o mandato que o povo nos outorgou, é preciso ser sempre zeloso, pela moral e pela legalidade de todos os atos.

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo ao eminente Líder do Governo, Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Muito obrigado, nobre Deputado.

Apenas pretendia dizer que farei uma resposta oficial à posição que Vossa Excelência se coloca.

Mas em virtude do aparte do eminente Deputado Augusto Carneiro, quando aborda moral e legalidade, eu queria dizer o seguinte: que realmente, moral, alguns interpretam de determinada forma, Vossa Excelência por exemplo, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, quando tinha ao seu lado no Sudoeste, na última campanha, o Auditor do Tribunal de Contas, ex-Deputado Ivo Thomazoni, arregaçando as mãos para o PDS ganhar a eleição, não constituiu a imoralidade nem ilegalidade, que é um membro efetivo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência está verificando, Vossa Excelência sabe que o ex-Deputado Ivo Thomazoni sempre foi um adversário e o seu sogro, Deputado Nilso Sguarezi, sempre foi companheiro do Deputado Ivo Thomazoni.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite-me concluir: é meu adversário político. Quando Vossa Excelência falar em meu sogro, fale num homem de respeito e meu adversário político.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu o respeito pessoalmente e é meu amigo pessoal.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então, catando votos para o partido de Vossa Excelência, para o homem do Tribunal de Contas não era imoralidade, só porque agora o Governador nomeia um homem e tem a razão do Estado para nomear, Vossas Excelências começam a falar em moralidade.

Quanto à legalidade, data vênua, permita-me, eu já sabia

do pronunciamento de Vossa Excelência, porque realmente alguém disse nesta Assembléia, que é fácil saber os assuntos que o PDS traz aqui, se nós folhearmos pela manhã “O Estado do Paraná”. Não vou ao ponto de dizer que o ex-Deputado Paulo Pimentel é o Líder da Bancada do PDS, mas, na realidade, é muito fácil sabermos a tônica dos assuntos da Assembléia, se folhearmos “O Estado do Paraná” pela manhã. Eu sabia que Vossa Excelência vinha com esse pronunciamento.

Devo dizer a Vossa Excelência o seguinte, até em tom de ironia, para desconstruir, este arrazoado jurídico, judicioso, que está aí é o “Jus Spermeandi” de Vossas Excelências.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vou responder ao Líder governista da Assembléia Legislativa do Paraná.

Vossa Excelência conhecia muito bem o Deputado Ivo Thomazoni, ex-Presidente desta Casa, com quem Vossa Excelência conviveu na nossa cidade de Pato Branco, na região Sudoeste do Paraná e se Vossa Excelência entendia que ele fazia política partidária, impedido de constitucionalmente fazê-la, Vossa Excelência não denunciou por incompetência. Eu não tenho culpa do PMDB ter sido incompetente na Oposição, lamentavelmente devo declarar isso a Vossa Excelência.

Por outro lado, nobre Deputado, a ironia que Vossa Excelência pretende fazer, com relação ao jornal “O Estado do Paraná”, jornal que Vossa Excelência dizia até ontem que era um grande jornal, que Vossa Excelência defendia...

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas eu disse que não era um grande jornal?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Estas são declarações de Vossa Excelência aqui nos Anais da Casa.

Sobre este jornal, Vossa Excelência também está equivocado, Eu poderia responder a Vossa Excelência, de uma outra forma, dizendo que o Líder de sua bancada é por exemplo o “Esmaga” da “boca maldita”.

O Sr. Nilso Sguarezi — É tão grande esse jornal, que dá tônica ao PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mas eu não vou dizer que o “Esmaga” da “boca maldita” está afirmando que ao Governador José Richa falta “know how”; não vou responder dessa forma. Vou dizer que Vossa Excelência não entendeu o meu discurso. Estou dizendo que o Governador José Richa praticou um crime de perjúrio. O perjúrio Governador deve responder nos termos da Constituição, no meu entendimento, a atitude ilegal, imoral e inconstitucional que Sua Excelência tomou ao assinar de modo próprio, os dois decretos, um nomeando Osvaldo Evangelista de Macedo procurador, e outro nomeando o seu assessor político.

Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Luiz Alberto.

O assunto que Vossa Excelência aborda da tribuna, talvez transcenda os limites de uma sessão de rotina da Assembléia Legislativa. É sério e é sem dúvida alguma de muita relevância política e ao mesmo tempo de uma relevância administrativa das maiores e que merece portanto a atenção dos parlamentares, da imprensa que forma a opinião pública do Paraná e dos paranaenses que assumem um compromisso com esse Estado e no futuro.

Mas, permita Deputado Luiz Alberto, voltar um pouco ao passado e relembrar que o PMDB, quando se referia ao Tribunal de Contas do Estado há pouquíssimos meses passados, ou fazia de uma forma pejorativa e chegou-se a afirmar nesta Casa, que o Tribunal de Contas do Paraná era o destino dos políticos da antiga ARENA e do PDS, depois que não haviam sido bem sucedidos nos pleitos eleitorais.

Fica a indagação ilustre Deputado, o que é que faz hoje o Governador José Richa, já nomeando companheiros seus que tomam o mesmo caminho do Tribunal de Contas do Paraná?

Esta é a pergunta que fica para ser respondida.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência comunica que seu horário está esgotado, e concedo-lhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte do eminente Deputado Airton Cordeiro e solicito a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que coloque em votação dentro da tramitação normal e de acordo com o Regimento Interno, as acusações que acabo de fazer, no sentido que seja composto uma tribunal especial para o julgamento da ilegalidade do Governador José Richa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Antes que Vossa Excelência conclua, a Mesa deve esclarecer a Vossa Excelência que aguarda manifestação por escrito deste requerimento, conforme preceitua o Regimento Interno. Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pelo jeito, Sr. Presidente, esta Assembléia vai se tornar no Tribunal da Inquisição. Mas, vamos lá.

Falávamos do Deputado Erondy Silvério, ontem. Eu assumo o compromisso público de vir me penitenciar aqui desta tribuna e para a imprensa quando indicarem a entidade que quer expropriar terras numa agressão à Constituição Brasileira, numa agressão ao direito mais sagrado de um cidadão, que é o direito de propriedade, aquela que se ganhou com o suor do próprio rosto, com o trabalho honesto.

Segundo, eu assumo este compromisso, espero que Vossa Excelência cumpra o seu, se referindo a mim. Vou cumprir o meu compromisso e provar ao nobre Deputado Erondy Silvério, quem é o autor da proposta que estabelece o módulo máximo da propriedade e espero que Sua Excelência, como homem decente, cumpra o compromisso assumido, pois Sua Excelência nos jornais, na imprensa e, desta tribuna, está pichando como proposta comunista, marxistas, ou nos termos que ele usou de comunístóides, a quem propõe a limitação da propriedade.

Disse, reafirmou da tribuna, que a mentira tem pernas curtas. Senhores, nós estamos para conferir a verdade. Chega um determinado momento em que a verdade tem que ser clara e cristalina. O nobre Deputado Erondy Silvério, que, lamentavelmente, não está agora no plenário para acompanhar as nossas colocações, é muito hábil. Tão hábil, que resistiu quatro anos na liderança de um governo capenga, como foi o Governo do PDS na legislatura passada.

Só a alta competência, só o alto brilhantismo, só a alta qualificação de emérito orador. Ele muito bem disse da tribuna ontem, que em determinados momentos defendeu o indefensável e parece que hoje ele está nesta posição: defender o indefensável!

Pois bem, Srs., eu até havia escrito um pronunciamento para colocar de maneira racional, técnica, até contra-argumentando as palavras do Deputado Erondy Silvério, de ontem. Mas hoje, quando ele assumiu a tribuna e ratificou esta sua posição que eu considero macarthista, esta posição de caça às bruxas, de ver comunistas por todos os cantos, Srs., só nos resta uma coisa, realmente provar, já que ele pediu tanto, que insistiu tanto, que ele cobrou tanto, que está cobrando, para que tanto Deputado do PMDB como do PDS se inteirem realmente da verdade.

Quem é o autor da malfadada proposta que pretende limitar a propriedade? Vamos aos documentos! Vamos aos documentos!

Porque se for palavra por palavra, eu confesso, não tenho a alta qualificação, não tenho toda a bagagem de vários e vários mandatos de Vereador e de Deputado; não possuo a habilidade que o Deputado Erondy Silvério para tergiversar a verdade, para mudar a origem dos fatos, para pular de um assunto para o outro com esta facilidade espontânea, que ele tem, de dizer que nunca ofendeu ninguém, quando neste plenário, todos são testemunhas de que Sua Excelência é farto em chamar a todos de comunistas e comunístóides, como se ouviu

ai, e não quer que isto seja agravo.

Quando na legislatura passada tachava companheiros nossos de “vermelhinhos”, são afirmações que a Casa conhece, que os funcionários conhecem, mas que, lamentavelmente, nós do PMDB não temos hoje, como não tivemos ontem, quando assumimos a tribuna, o esquema todo de publicidade, com televisões cercando os oradores do PDS, com jornais, alguns com o gabarito de “O Estado do Paraná”, para se antecipar até a argumentação que os nobres Deputados do PDS trazem aqui. Nós não temos esta imprensa, para incitar a opinião pública do Estado do Paraná, mas temos, isto sim, a verdade ao nosso lado, e esta paulatinamente, dia após dia, vai chegar em todos os lugares, porque a verdade passa de boca em boca, e não é como agora, lamentavelmente dentro de uma paixão, e de um inconformismo e de um revanchismo que muitos ilustres Deputados do PDS pretendem desencadear o seu tipo de atuação.

Querer ver comunismo no Governo de José Richa, data vênica, Srs. Deputados, é incrível que isto aconteça.

Quando eles mesmos reconhecem que a figura do Governador é de um homem marcadamente caracterizado por suas posições cristãs, marcadamente caracterizado como um democrata, e este Governador que os nobres e competentes Deputados do PDS reconhecem, iria escolher para o seu Secretariado, homens comprometidos com outras ideologias? Ideologia que não aquela que o Governador professa?

No entanto se levanta a pecha macarthista de caça às bruxas, contra três Secretários de Estado como sendo comunistas e comunístóides.

Mas logo aí não é uma incoerência, porque não podem acusar nunca o Khalil Richa, como pretendem agora nominar o nosso Governador, não poderão nunca qualificá-lo de comunista, então voltaram-se para os seus Secretários!

Por isso, Srs. do PDS, vamos aos documentos!

Realiza estudos que definam...

Concederei o aparte logo a seguir.

Realizar estudos que definam um módulo máximo por produtor, de acordo com as condições agroecológicas e tendo em vista um nível tecnológico determinado. Reivindicar junto ao Ministério da Agricultura a adoção do conceito de módulo máximo por produtor, com limite de aquisição de terras em todo território nacional. Somente os produtores rurais que se organizarem em empresas, teriam acesso a maiores áreas até um limite determinado. Esta, em síntese, e com outras palavras, é a proposta da limitação da propriedade — adoção do conceito do módulo máximo, já que existe o módulo mínimo pelo INCRA. A propriedade não pode se dividir. Pretende-se a tese do módulo máximo, ou seja, limitar a aquisição de terras em todo território nacional.

Eu perguntei ao Deputado Erondy Silvério se ele considerava que isso era uma tese comunista. E a resposta foi incisiva: isto é tese comunista. Quem é o autor dessa tese? Mas quem é o autor dessa tese, Srs. Deputados? O Secretário do Interior? O Secretário de Assuntos Comunitários? O Secretário de Agricultura de agora? É o Secretário da Agricultura, não o nosso.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — O Deputado Federal, atual Deputado Federal Reinhold Stephanes.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Chega um dia que a verdade aparece. A mentira é que tem pernas curtas.

O Sr. Gabriel Manoel — Nobre Líder, permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — A seguir, permitirei o aparte.

A verdade chega um dia e ela é fatal. É arrasadora e avassalante. Está aqui, está aqui, Srs. No dia 25 de julho de 1979, o então Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, atual Deputado Reinhold Stephanes, constituía uma comissão para estudar, sugerir medidas de ação atinentes ao problema social do trabalhador rural safrista, conhecido como “bóia-fria”. Essa comissão formada pelo agrônomo Lourival Ulig, da Secretaria da Agricultura, como

coordenador; Alfio Brandenburg, da EMATER; Harri François, da FAEP, Federação da Agricultura; Agostinho Bukoski, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Rodolfo de Francisco Carvalho Neto, da OCEPAR; todas entidades, com exceção da Federação dos Trabalhadores da Agricultura e da Federação da Agricultura, entidades vinculadas ao Governo. O que essa comissão sugeriu e será que esse relatório da comissão foi aceito pela então Secretaria da Agricultura? Exatamente isso, exatamente isso: a limitação da propriedade. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura deu uma redação mais concisa que é a redação constante do documento que o Deputado Erondy Silvério falou e chamou de comunista. A redação é a seguinte: que o Ministério da Agricultura elabore uma mensagem a ser enviada ao Presidente da República e Congresso Nacional, limitando a área máxima por produtor, de acordo com a capacidade de exploração familiar. Somente as empresas organizadas teriam acesso a maiores áreas, mas alguma, com limitação de incentivos e créditos, não permitindo, em hipótese alguma, o acesso a grupos estrangeiros. Esta redação dada pela FETAEP é que constou do documento.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Onde os 10 hectares, Deputado?

O SR. NILSO SQUAREZI — Onde os 10 hectares na propriedade?

Na proposta? Onde? Mostre o documento Vossa Excelência dos 10 hectares.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Se Vossa Excelência tem o documento aí, eu mostro. Eu não tenho o documento aqui, mas Vossa Excelência tem.

O SR. NILSO SQUAREZI — De onde Vossa Excelência tirou 10 hectares?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Do documento que o Sr. Secretário da Agricultura fez para os agricultores.

O SR. NILSO SQUAREZI — Então, mostre. Exiba o documento!

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Se Vossa Excelência tem o documento aí, eu mostro.

O SR. NILSO SQUAREZI — Vossa Excelência exiba os 10 hectares, onde estão!

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu trarei, com tranquilidade, amanhã.

O SR. NILSO SQUAREZI — Vossa Excelência incorre no mesmo erro

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência tem o documento!

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, peço que Vossa Excelência assegure-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Incorre-se no mesmo erro a que foi levado o nobre Deputado Erondy Silvério — desconhecimento de causa, má informação, ou, intenção, às vezes, de faltar com a verdade, e, quem deliberadamente, quem propositadamente falta com a verdade, há uma palavra na língua brasileira que eu não quero dizer aqui, mas que serve para caracterizar uma pessoa que, dolosamente, intencionalmente, falta com a verdade, todo mundo sabe que palavra é essa. Sabem, pois Senhores, esta é a verdade dos fatos. Esta é a cristalina verdade dos fatos! E agora, como ficamos? Depois que toda a imprensa, com verdadeiras manchetes bombásticas acusa o PMDB de estar pregando doutrina comunista? Depois que toda a imprensa, Senhores, com as raras exceções, houve como verdadeiras, como corretas as informações que o Deputado Erondy Silvério traz aqui? Espero que Sua Excelência cumpra o compromisso assumido de se penitenciar, porque acredito mais na má informação, acredito mais na informação deturpada que passaram ao nobre Deputado Erondy Silvério, porque eu sei o pensamento desse nobre Deputado com relação ao que eu poderia chamar então, já que o Reinhold Stephanes, pela postura ideológica tomada pelo Deputado Erondy Silvério, de que, quem quer limitar a propriedade é comunista, não vou a tanto de dizer que o "camadara" Stephanes, do "camarada" Erondy, porque eu sei a posição do "camarada" Erondy então, quando disse, deste Plenário, no dia 23 de novembro de 1978 — 23 de novembro — logo

depois das eleições, quando saíram os resultados das eleições de 1978, e o Deputado Reinhold Stephanes, ex-Secretário da Agricultura, tinha uma votação espantosa no Paraná. O que dizia o Deputado Erondy Silvério naquela época, aqui desta tribuna, como Líder, denunciando?

"Nós sabemos "dizia o Deputado" que precisa, e como precisa, mudar a Previdência Social, a fim de que não venha, amanhã, um falso homem do povo que dizem apoiado por companhias multinacionais e representante desta Previdência Social, obter uma votação extraordinária como obteve no Paraná, o ex-Presidente da Previdência Social". (E dizia o Deputado Erondy Silvério, acusando então, o seu companheiro, ou "camarada" Reinhold Stephanes) "Todos dizem que os recursos dessa campanha foram fornecidos pelas companhias multinacionais que exploravam miseravelmente o homem brasileiro."

Será que até as multinacionais estão financiando os comunistas, agora?

Então, Senhores, esta é a verdade cristalina dos fatos, foi a má informação. Algumas entidades, é verdade, discordaram de alguns pontos daquelas propostas que não eram dos Secretários, que foram compiladas. Eu tenho aqui o documento da FETAEP, está aqui, dia 18 de abril, à Comissão do "Bóia-Fria".

"Passamos às mãos, os documentos elaborados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, a partir de 1975, comp proposições de intervenção sobre a problemática".

São medidas que a FETAEP vem propondo ao longo do tempo, na tentativa da solução do problema. E este Relatório da Comissão do "Bóia-Fria" que estava engavetado na Secretaria da Agricultura, foi desengavetado, para constituir, então, o rol das propostas que os Secretários levaram à discussão.

O Sr. Renato Bueno — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Neste aparte, permite nobre Deputado Nilso Sguarezi, ler aqui dois pequenos trechos que dizem o seguinte:

"Toda vez que se fala em promover uma reforma agrária que assegure aos que trabalham a terra, uma qualidade de vida um pouco mais digna, libertando-os dos humores, da ganância, da injustiça que os vítima, surge, em defesa dos latifundiários, na Assembléia Legislativa do Paraná, a voz do mais execrável nacionalismo. Os representantes do povo, os parlamentares do PDS nesta Casa, passam a representar precisamente aqueles que são os mais responsáveis pelo estado de extrema penúria a que o homem do campo foi conduzido e diz mais, quando a Oposição se comporta de forma tão calhorda e caolha, mesmo quem como nós se posicione permanente crítica, se vê forçado para não compactuar com o reacionarismo o qual se vem há quase 20 anos falando a viciosa linguagem da repressão e opressão, vemos e temos que reagir prontamente."

O SR. NILSO SQUAREZI — Obrigado pelo aparte de Vossa

Excelência, que elucida muito bem a posição de que lamentavelmente os homens do PDS estão tomando nesta Casa.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SQUAREZI — A seguir, se Vossa Excelência for democrático o suficiente para aguardar, eu concederei.

Infelizmente, tivemos a oportunidade de ouvir esta semana, mais uma vez, as investidas do nobre Deputado Erondy Silvério contra os componentes da Comissão do Trabalhador Rural Volante, e ontem, 25 de maio, era o dia dedicado ao trabalhador rural. Que esperança terá este miserável "bóia-fria", marginalizado pelo autoritarismo daqueles, que muito bem disse no aparte, o nobre Deputado Rubens Bueno, envergando a política da repressão e do autoritarismo, criarem as condições para que surgisse no Paraná, um Estaso rico e pujante como este, 450 mil "bóias-frias" e no seu dia, no dia destinado ao trabalhador rural, Srs. Deputados, no dia em que ao menos

a sociedade organizada e a classe política, dirigente e os governantes — e quando incluo governantes, incluo Deputados do PDS — o que se diz de alento e de esperança a eles? Tachar de comunista aqueles que querem resolver o seu problema, é o “jus experniandi” do PDS que ainda não admitiu a derrota eleitoral e como vimos nesta tarde, querem cassar a decisão soberana do povo do Paraná, que deu a José Richa votação esmagadora. Agora querem transformar essa Assembléia numa inquisição para julgar o Governador que não foi eleito indiretamente, mas pelo voto sagrado e solene da maioria dos paranaenses. Quando, Srs. Deputados, nós ouvimos o nobre Deputado Airton Cordeiro se incorporar no discurso do seu líder, eu, data vênica, tenho que refrescar a memória daqueles que estão dizendo que aqui nesta Assembléia se está impondo uma ditadura.

Primeiramente, devo esclarecer ao Deputado Airton Cordeiro, que democracia pressupõe regime das maiorias. A democracia comporta maioria e comporta minoria, e se consubstancia basicamente na vontade da maioria para administrar os interesses populares. Se nas comissões técnicas ou neste plenário, o Partido do PMDB tem maioria, ele a possui basicamente porque a vontade soberana do povo do Paraná, outorgou-lhe este direito.

Não é uma maioria conquistada com demagogia. Não é uma maioria que foi conquistada com as palavras que são jogadas ao ar sem nenhuma responsabilidade e nem é uma maioria que caiu do céu para o PMDB. Muito ao contrário. Esta maioria se fundamenta num trabalho executado ao longo de muitos anos, com o apoio de gente honesta. Mas especialmente apoiada por aqueles que têm consciência de que servir significa trabalhar, e que trabalhar não é apenas falar, de que trabalhar não é apenas comparecer à tribuna desta Casa e balbuciar palavras que não têm nenhum compromisso com a realidade. Então, nossa maioria é absolutamente séria.

Sr. Presidente, enquanto formos maioria, não vamos fazer prevalecer o nosso direito de maioria, que é princípio basilar da democracia, ou se pretende democracia ou se pretende que a minoria sufoque a maioria, como se fez agora na Polônia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que a classe trabalhadora polonesa oprimida pela minoria, está impedida de externar o seu pensamento. Ou será que se pretende, que aqui no Brasil tenhamos a reedição dos exemplos dos estados totalitários lá do Leste europeu ou daqui mesmo da América? Ou nós queremos democracia, ou nós queremos um arremedo de democracia? Ou lutamos pela democracia ou nos conformamos por aqueles que estão a propugnar com a farsa democrática?

Se nós estamos sinceramente empenhados em encontrar democracia para este País, nada mais sagrado do que respeitar o direito da maioria. E se somos a maioria, repito, nas Comissões Técnicas desta Casa e neste Plenário, o PMDB é maioria porque recebeu do povo do Paraná, limpamente, pelo voto secreto, direito, pelo voto livre de todos os paranaenses, sem o apelo demagógico daqueles que buscam, simplesmente, criticar o Governo, pensando que criticando a ação governamental ainda conseguem sensibilizar as camadas populares.

E aqui venho muito feliz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito feliz, Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Como é que nós podemos entender que os homens que hoje estão na oposição, criticam a situação, se ajudaram a fortalecê-la nos últimos dois, três, quatro anos passados, manipulando inclusive os mecanismos que os levaram a postos maiores desta República?

Onde é que está a legitimidade desse posicionamento? Onde é que está a autenticidade deste posicionamento?

E é esta a matéria especificamente que nós estamos tratando, ela tem uma importância-relevante para o Paraná. Não para o Paraná do PMDB, não para o Paraná dos partidos da oposição, mas para o Paraná do seu povo, que sabe que o sacrifício de não

ser bem governado, porque este povo já não foi bem governado.

Essas palavras, Sr. Presidente, apenas mudando onde se lê PDS, por PMDB, não são minhas, foram ditas no dia 17 de dezembro de 1981, por outro que não, o eminente Deputado Airton Cordeiro. Então, vejam Vossas Excelências, como que a verdade chega um dia e cai em cima daquele mesmo que quer deturpar a verdade.

Concedo o aparte ao Deputado Tadeu Bento França. O Sr. Tadeu França — Nobre Deputado Nilso Squarezi, está historicamente provado, que todas as propostas nacionalistas de apoio à nossa gente carente, sempre encontraram o respaldo e subserviência em termos contrários às propostas do capital estrangeiro de manutenção do nosso povo na dependência. Sempre encontraram nos Parlamentos, vozes cúmplices a exemplo do que ocorre nesta Casa. Nós queremos afirmar que aquelas mesmas vozes, que acusam de comunistas ou comunistóides, que empregam uma reforma agrária, são aquelas que jamais de levantaram quando veio a Amazônia por exemplo, reserva das multinacionais. Quando veio a Amazônia que em dez anos, de 45 mil propriedades, hoje, apenas é palco, é local de nove mil propriedades que nada fizeram e que nada pregaram em termos de coibir a revitalização do latifúndio, que vem esmagando e trazendo retrocesso. Pois está historicamente provado que o latifúndio multiplica as bocas mas não MULTIPLICA OS PÃES.

É dentro desse quadro, porque em nome de acusações e rótulos contra o nacionalismo, que tem se aberto as veias de nosso País ao capital estrangeiro, com exemplo de tantos parlamentares, na esfera federal e também na esfera estadual, como tão bem denuncia Vossa Excelência. Nós o parabenizamos pelo seu pronunciamento. Acima de tudo, é hora de nós entendermos e proclamarmos um basta à exploração crassa e doentia que tramam contra o brasileiro, contra o “bóia-fria”, cujo processo foi exigência do latifúndio, para negar ao trabalhador da terra os direitos mais sagrados que lhe assiste como pessoa humana.

Parabéns, líder da nossa Bancada. E é dentro desta norma, dentro de uma visão de um Brasil nosso, não com cumplicidade parlamentar, a interesses de fora, que nós haveremos de construir sim, um Paraná e um Brasil melhor.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço a Vossa Excelência.

Quero dizer a Vossa Excelência que a democracia do nobre Deputado Erondy Silvério é esta que o PDS quer praticar nesta Casa, fazendo denúncias com bases em fatos deturpados, como esta denúncia de hoje. Há um sofisma, jurídico elaborado na petição do nobre e eminente Líder do PDS, que nós vamos discutir nesta Casa. Porque nós não vamos fazer como muitas vezes se fez aqui, quando apresentávamos denúncias elas não chegavam a ser discutidas no plenário.

Nós pedimos ao Sr. Presidente da Casa que regule, regimentalmente, coloque a matéria em discussão para que, depois dos pareceres técnicos e de ouvida a Casa, de analisada criteriosa e juridicamente a petição, o plenário possa se manifestar.

Isso eu asseguro aos Senhores, porque é essa a democracia que o PMDB quer, é transparência. Nós temos que nos convencer, aqui neste plenário nós vamos exercitar o poder do convencimento e não meramente como era feito no passado.

Vamos exercitar aqui o poder de convencimento como estamos tentando fazer hoje, quando mostramos a verdade cristalina dos fatos e se alguém não se convencer de que as propostas apontadas como comunistas, não são da origem dos homens e dos Secretários do Governo José Richa, nós não temos mais nada a fazer, porque acreditamos estar falando para pessoas inteligentes.

Nós queremos uma democracia em que as pessoas sejam julgadas, não uma democracia do Rio Centro, uma democracia do

caso Baumgarten, da CAPEMI, dos escândalos vergonhosos que não foram julgados.

Nós queremos, Sr. Presidente, uma democracia em que os participantes dessa democracia se convençam e levem a julgamento seus Pares. Não essa democracia que não julga os escândalos e as verdadeiras atrocidades que foram feitas nesta Terra.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimos o nosso compromisso. Viemos aqui provar e vamos encaminhar ao Deputado Erondy Silvério, como vamos deixar à disposição de qualquer um desta Casa, à imprensa do Paraná, os documentos que provam que a origem destas propostas não são dos homens do PMDB. Esperamos que o nobre Deputado Erondy Silvério, que não me honra com a sua presença no plenário agora, talvez nesta oportunidade, realmente, não podendo sustentar o insustentável da sua posição, preferiu retirar-se.

Mas eu espero que Sua Excelência cumpra o assumido da tribuna, e venha se penitenciar perante esses três homens idealistas, que são os Secretários de Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

A Presidência registra com satisfação a presença do Prefeito do Município de Atalaia, Sr. Claudomiro Siroti, que se faz acompanhar do seu assessor Sr. Valmir de Oliveira. Como também a presença do Sr. Vereador Hélio Rush, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Marechal Cândido Rondon.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 14/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 40/83), que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 7700, de 05/01/83, estendendo aos Policiais Militares reformados ou transferidos para reserva remunerada, os benefícios das Leis nºs 7434/80 e 7637/82, (Gratificação de Risco de Vida) e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor Presidente, apenas para que os Anais da Casa registre que o nobre Deputado, Líder do PMDB, negou o aparte ao Líder da Oposição e aos eminentes Deputados Aírton Cordeiro, Jorge Amin Maia Filho, Augusto Carneiro, Leônidas Chaves e Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — O reparo de Vossa Excelência constará dos registros da ata da sessão de hoje.

O SR. NILSO SQUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Usando da liberalidade de Vossa Excelência, me parece que a minha proposta é tão anti-regimental quanto ao nobre Deputado Luiz Alberto. Mas só para constar dos Anais que o tempo destinado à liderança é de trinta minutos só.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Constará do reparo de Vossa Excelência também...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Com a mesma liberalidade do Deputado Nilso Sguarezi, o meu horário da liderança é de trinta minutos, e eu concedi o aparte a Vossa Excelência, que estabeleça a democracia dos "contrários" e não a democracia do "monólogo".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece a Vossa Excelência que é facultado aos Senhores Deputados levantarem Questão de Ordem sobre o mesmo assunto uma vez. Em votação o projeto. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 47/83, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado na mesma por unanimidade, e que define e regulamenta o desempenho das funções do Vice-Governador do Estado. Em regime de urgência. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Desejo igualmente registrar o posicionamento contrário deste Deputado a respeito do projeto de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Já fiz reparo em primeira votação, Senhor Presidente, porque entendo que esta matéria, além de ser inconstitucional, é anti-jurídica. O voto contrário deste parlamentar a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A manifestação de Vossa Excelência constará da ata dos trabalhos de hoje.

Está aprovado o Projeto de nº 47/83.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 51/83, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado na mesma por unanimidade, e que determina o arquivamento de proposições apresentadas na legislatura anterior e que não tenham atingido a fase de votação pelo plenário desta Casa. Em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D R E S O L V E:

Art. 1º — Serão arquivadas, mediante despacho da Presidência, as Proposições apresentadas na legislatura anterior, sem aprovação, cuja tramitação não tenha atingido a fase de votação.

§ 1º — O autor da Proposição ou, na sua falta, os líderes de bancadas, poderão solicitar, mediante requerimento à Presidência, dentro do prazo de 15 dias da publicação desta Resolução, o prosseguimento da tramitação da Proposição cujo andamento legislativo se pretenda manter.

§ 2º — As Proposições referidas neste artigo serão relacionadas pelo Departamento Legislativo e encaminhadas à Comissão Executiva e às Lideranças partidárias, enquanto não se esgotar o prazo previsto no parágrafo anterior e terão suas

tramitações suspensas junto àquele Departamento.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Tramitam, com efeito, junto às diversas Comissões Técnicas e Seções do Departamento Legislativo, numerosas Proposições que, por várias razões, perderam a oportunidade e interesse, inexistindo, dessa forma, motivo para serem submetidas à deliberação do Plenário.

Pretende-se, pois, com a presente medida, acompanhar a praxe já consagrada nesta Casa, com o objetivo de agilizar o processo legislativo e não sobrecarregar o Plenário com matérias que, por sua natureza e finalidade, já perderam a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ubaldino Fontoura, genitor de nosso companheiro Gilberto Fontoura. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a suspensão da Sessão do dia 1.º de junho vindouro, para que os Senhores Deputados possam participarem do II Fórum de Debates promovido por este Poder Legislativo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a instalação de um Posto de Inseminação Artificial para atendimento à agropecuária, com trabalho conjunto com a ACARPA/EMATER, no Município de Tibagi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser firmado convênio para implantação de um terminal rodoviário no Município de Tibagi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, visando a formalização de convênio de assistência técnica e recursos financeiros para a construção de canchas esportivas polivalentes nas localidades de Ventania, Caetano Mendes, Alto do Amparo e Sede, do Município de Tibagi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a ampliação do atendimento ao pequeno produtor rural através de um trabalho conjunto entre a Prefeitura de Tibagi, ACARPA/EMATER, ITC e Cafe do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUDEPAR, para o fornecimento de materiais para cozinha em Escolas Municipais e Estaduais do Município de Tibagi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da Coordenação Adjunta da Itaipu Binacional, visando a instalação de uma balsa sobre o rio Guaçu, na localidade de Arroio Guaçu, no Município de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Farturinha no Bairro dos Senes, na Estrada de Ligação de Salto do Itararé a Santana do Itararé, no Município de Salto do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à RADIPAR, a montagem de um retransmissor de TV, no Distrito de Rio Novo, no Município de Reserva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de ser ampliado e reformado o Hospital Municipal de Janiópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à COPEL, para a construção da rede de energia elétrica em locais da sede do Município de Janiópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, no sentido de incluir o Município de Salto do Itararé na programação para atendimento de melhorias urbanas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo determine à EMOPAR, a execução de reparos no Complexo Escolar José Eugênio de Carvalho, no Município de Salto do Itararé. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, à Srª Secretária da Educação, para que seja reaberta a Escola Vocacional Agrícola do Município de Loanda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Srª Secretária da Educação, pleiteando uma extensão da Faculdade de Filosofia e Letras de Paranaíba, até a cidade de Loanda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a doação de um ônibus para o transporte de alunos para o Município de Loanda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando uma ligação asfáltica entre as cidades de Astorga e Jaguapitã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente a Empresa Rio Sul Serviços Aéreos Regionais S/A., no sentido de ser instalado um terminal de passageiros no Município de Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, através da Secretaria do Interior, visando a implantação de cabos físicos para a telefonia na localidade de Curvado, no Município de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de rodovia, ligando o Município de Marechal Cândido Rondon-Santa Helena-Missal e Medianeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, visando a criação de um Ginásio de Esportes no Município de Ampére. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Editora Diário Popular, na oportunidade em que o colunista Calil Simão completa vinte e cinco anos na atividade que retrata os acontecimentos sociais do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Calil Simão, pelo vigésimo quinto aniversário de coluna social. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao colunista Calil Simão pela comemoração de 25 anos de atividades jornalísticas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, aos Srs. Governador do Estado, Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, visando a instalação do Núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola no Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao jornalista João Arruda da "Folha de Londrina" com voto de congratulações pela série de reportagens denominada "Repressão". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em atender as reivindicações da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, para o aumento das salas de aula daquele estabelecimento de ensino superior. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao industrial Arlindo Biesemeyer, pelo recebimento da Medalha de Mérito Industrial do Estado do Paraná, conferida pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando sejam registrados nos Anais desta Casa, a publicação feita no jornal da Capital "Gazeta do Povo", a qual leva o título "Canet para a Presidência". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam viabilizadas melhorias e implantação de infra-estrutura básica no Parque de Exposições de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de ser criado um Posto do ITC, no Município de Fênix. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de viabilizar o combate à erosão, no acesso ao Conjunto Residencial construído pela

COHAPAR, na cidade de Moreira Salles. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Segurança Pública e da Justiça, visando com prioridade a construção do Complexo Policial no Município de Ponta Grossa, o qual englobará a 13ª Subdivisão Policial, a Polícia Técnica, o Instituto Médico Legal e o Instituto de Identificação, conforme Projeto Padrão já elaborado na Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 27, às dez horas, com a Ordem do Dia, já anunciada em sessão anterior.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Antônio Anibelli, em sessão do dia 26 de maio de 1983.

CANET PARA A PRESIDÊNCIA

No encontro dos governadores do Paraná e São Paulo, em Ourinhos, lavradores lançaram os nomes de Franco Montoro e Jaime Canet Júnior para a Presidência da República. A notícia, que "Gazeta do Povo" publicou na edição de ontem, se insere nas preocupações que, seguidamente, vimos desfilar, no sentido de afirmar que temos homens do melhor quilate, com experiência político-administrativa, honestidade, conhecimento e profundo devotamento à causa pública e em condições de fazer o exercício das mais altas funções no País.

Durante anos vimos insistindo em que o Paraná não é nada, absolutamente nada, em poder de decisão nos rumos nacionais. Não temos ninguém, virtualmente ninguém, em Ministérios, nem nas mais de 500 entidades de administração indireta, no plano federal. Em contraposição, damos ao Brasil mais que São Paulo, justamente, por exemplo, nesse sensibílimo terreno do orçamento cambial da República, hoje tão extremadamente um dos pontos mais frágeis de nossa economia.

Essa linha do pensamento da "Gazeta do Povo" perpassou os segmentos da opinião pública paranaense e, inclusive, foi tema comum levado aos palanques eleitorais pelos dois partidos que disputaram o 15 de novembro. Persiste, ainda, cada vez mais conscientizando a gente do Paraná, de que as impõe — principalmente de parte dos políticos — buscar soluções no sentido de que tenhamos peso e densidade específicos, a fim de que se possa ultrapassar esse fenômeno de lateralização do poder humano que temos e que deve participar, agora, do jogo da sucessão presidencial.

Mais recentemente, empurrando a tese para um terreno mais realista, desfilar, sem a menor preocupação de voto ou de considerações partidárias — um rol de nomes de nossa terra, neles se incluindo, óbvia e logicamente, o do ex-Governador Jaime Canet Júnior. O que pretendíamos então e o que desejamos, agora, é ver a menção dessas personalidades no plano das cogitações político-populares. A possível espontaneidade do episódio de Ourinhos, referenciando a figura desse ex-chefe do Executivo estadual, comprova, não somente o acerto das linhas que vimos empostando, que são cónsonas com a vontade do povo, mas, por igual, respalda o que vimos afirmando de que — tirante o bairrismo — temos um poder humano expressivo e em condições de qualquer exercício político-administrativo federal.

O senso da mais elementar realidade, que nos chumba ao terreno do pragmático, diz-nos que os nomes de Canet e de Montoro — ambos pertencentes ao PMDB — são aparentemente, inviáveis para a sucessão que se jogará nos começos de 85. Esse partido postula pelas eleições diretas. O

pleito será definido, nesse ano, através do Colégio Eleitoral, via indireta. E o Colégio — segundo as pesquisas mais recentes — não somente é dominado pelo PDS, como se apresenta com tendência a sufragar quem resultar da coordenação da inegável liderança do Presidente João Figueiredo. Este é o retrato do real, nestas horas, sem embargo de que é válida a afirmativa de que, politicamente, o imprevisto pode ser o fascínio da magia que surpreende... Tudo isto, porém, é adjetivo, nestas horas. O substantivo, que permanece como ancoradouro firme, é que assistimos à evolução de uma tese que sustentamos pelas nossas colunas, procurando emulsionar o pensamento político do Paraná, aguilhoando-o com o cortante instrumento da sensação da injustiça. Continuamos vibrando-o com a repetição da

afirmativa de que não podemos nem compreender e nem suportar o fato do Paraná estar, totalmente, à margem dos destinos nacionais. Agora, mais recentemente, começamos a brandir nomes, que os temos em qualidade e quantidade, como é o caso do ex-Governador Canet Júnior. Isto comprova, popularmente, e no plano político, que estamos vencendo obstáculos e que nossas colocações se enraizam, posto que justas, corretas e inseridas no momento histórico do Estado, com a preocupação profunda de que estamos defendendo valores paranaenses que podem, com brilho, descortino e patriotismo, servir ao Brasil em qualquer posto proeminente da Nação.